

Vivências e Memórias

A história de Ipira-SC

Ivanete Mora Nosswitz
Vânia Kilpp Stockmann





Conselho Editorial

Profa Dra Elizabeth Madureira Siqueira – IHGMT

Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro – UFMT

Profa Dra Nileide Souza Dourado – NDIHR/UFMT

Prof. Sérgio Henrique Puga da Silva – UFMT

Profa Dra Adrienne de Oliveira Firmo – USP

Me Adriana Gonçalves Pio – UNIVALE

Daniela Bitencourt Bueno – FMUSP

Madelene Marinho e Silva – UNESP

Juliana de Medeiros Garcia Ribeiro – IFMT

**Ivanete Mora Nosswitz
Vânia Kilpp Stockmann**

Vivências e Memórias

A história de Ipira-SC

© Ivanete Mora Nosswitz, Vânia Kilpp Stockmann, 2023.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A Paruna segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

CIP – Catalogação na publicação

N897 Nosswitz, Ivanete Mora; Vânia Kilpp Stockmann.
Vivências e Memórias
A história de Ipira-SC / Ivanete Mora Nosswitz, Vânia Kilpp
Stockmann. -- Ipira : SC, 2023.
104 f.

ISBN: 978-65-997299-8-0

1. Sociedade. 2. História. 3. Município. 4. Cultura. I. Título.
CDD: 306

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

Candida Bitencourt Haesbaert – Paruna Editorial

Apoio:



Paruna Editorial

Rua Lima Barreto, 29 – Vila Monumento

CEP: 01552-020 – São Paulo, SP

Fone: 11 3796-8555

www.paruna.com.br

Dedicatória

A todos os ipirenses que acreditaram neste trabalho e contribuíram para sua realização.

Agradecimentos

Aos nossos familiares, amigos, colegas de trabalho, mestres e orientadores, nossa gratidão pela compreensão às ausências para que pudéssemos concluir os estudos, contribuindo na concretização desta pesquisa e pela orientação na busca do conhecimento.

Um muito obrigado especial ao Ricardo, que nos auxiliou na digitação do trabalho, e ao professor Alzumir, que, em meio a sua luta pela recuperação após um acidente, nos transmitiu muitas lições de vida.

À Administração Municipal de Ipira-SC 2021-2024, ao Prefeito Sr. Marcelo Baldissera, ao Vice-prefeito Sr. Clítor João Knebel e à Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Indústria e Comércio, Sra. Rosiméri Fátima Spazini.

Gratidão!



Prefácio

Nasci e moro em Ipira, município brasileiro quase sexagenário situado no meio-oeste do estado de Santa Catarina.

Por isso, é com muita honra que prefacio esta obra intitulada *Vivências e Memórias – a história de Ipira*, fruto de qualificada pesquisa conduzida com brilhantismo pelas educadoras Ivanete Mora Nosswitz e Vânia Kilpp Stockmann.

Ao longo de anos as autoras analisaram recortes, fragmentos, dados e informações sobre Ipira e recolheram depoimentos e testemunhos de ipirenses para apresentar uma história de nossa cidade marcada por, pelo menos, quatro olhares: tradição, orgulho, riqueza e valor.

Isso foi possível graças ao roteiro delineado pelas pesquisadoras que começa registrando a origem indígena de Ipira, seguindo com os destaques à presença do caboclo e à vinda das colonizações alemã e italiana para essa região catarinense.

Continuando o roteiro da história chega-se à formação do município, abordando seus aspectos econômicos e suas manifestações culturais, para, então, alcançar os tempos contemporâneos.

Dessa maneira, a sensibilidade dos antigos moradores da cidade, que prestaram depoimentos orais, combinada com as dimensões reais da atualidade, faz com que o passado de Ipira seja rememorado por todos, bem como sua identidade revelada no presente seja igualmente compreendida e valorizada por seus moradores.

Boa leitura a todos e todas!

Gratidão à Ipira!

Gratidão às autoras!

Vandir Manfé

Geógrafo e Me. Eng. de Transportes ipirense
Presidente do Conselho Municipal de Turismo de Ipira

Sumário

Origem indígena	9
A presença Indígena em Ipira.....	12
Os Kaingang.....	14
Os Xokleng.....	16
Presença do caboclo	18
Guerra do Contestado.....	24
O que significa Contestado?.....	24
A História Cabocla de Zonalta.....	31
História Cabocla de Ipira.....	35
Colonizações alemã e italiana	52
Alemães no Sul do Brasil.....	55
Italianos no Sul do Brasil.....	57
Alemães e Italianos no Meio-Oeste de Santa Catarina.....	59
Formação de Ipira	62
Surgimento das Comunidades de Ipira.....	64
Etnia Alemã.....	65
Etnia Italiana.....	66
Etnias Italiana e Cabocla.....	67
Emancipação política.....	69
Aspectos econômicos de Ipira.....	73
Tropeirismo.....	77
Manifestações culturais em Ipira	83
Histórico sobre o Kerb.....	83
Adversidades da história de Ipira.....	86
Coral Aliança.....	87
Coral 25 de Julho.....	88
Coral Lyra.....	88
Coral Sempre Verde de Filadélfia.....	89
Coral de Putinga.....	91
Grupo de Danças.....	92
Casa Centro de Memórias de Ipira.....	93
As mudanças continuam	98
Referências Bibliográficas	99
Fontes Oraís.....	101

Origem indígena

Quando falamos do oeste e do meio-oeste de Santa Catarina é imprescindível narrar o processo de ocupação dessas áreas, considerando que a população nativa, comprovadamente, existiu nas regiões.

Pesquisas arqueológicas demonstram, inclusive, a existência de grupos humanos nesses territórios ainda antes de Cristo. Segundo Silvio Coelho Santos (1987, p. 28), “os primeiros grupos humanos a pertencer em território de Santa Catarina foram grupos caçadores e coletores, que teriam atingido a região através do vale do Rio Uruguai. Isto por volta de 5.500 a.C.”.

Em outra perspectiva, sabíamos que o nome de Ipira vem do tupi-guarani, que quer dizer I = água, Pira = Peixe.

Assim, depois de muitas leituras para comprovação dessas situações, procuramos ordenar, dentro de um sistema compreensível, os inúmeros povos tribais que viviam e ainda vivem em nosso país, usando três critérios: o tipo físico do índio, o aspecto linguístico e as diferenças culturais.

No caso deste estudo, o critério relevante e mais contributivo é o linguístico, daí que esse parâmetro ganhou nossa atenção.

Sabe-se que existem três grandes troncos linguísticos: o tronco tupi, o tronco macroje e o tronco oruak. Com relação ao tronco tupi, Berta Gleizer Ribeiro (1983, p. 24) ensina que “o tronco tupi é dividido em sete famílias, a mais importante das quais é tupi-guarani”.

Com isso, obtivemos a confirmação de que o nome se originou do tronco linguístico tupi-guarani, nada tendo a ver com a presença do povo tupi-guarani, pois este firmou-se mais no litoral. É provável que os europeus vieram a interromper o fluxo deste povo, buscando mão de obra para

realizarem seus projetos em função da exploração econômica. Devido às desumanas investidas sobre eles, foram dizimados rapidamente.

É importante que se faça uma pequena retrospectiva histórica sobre os indígenas, com objetivo de enriquecer o que propomos a sistematizar, mas é impossível resumir em poucas páginas o papel e o lugar do índio na história do Brasil.

Ainda assim recordamos que, no ano de 1492, quando Cristóvão Colombo avistou as terras da América, ele sentiu-se inspirado e chamou o lugar de sítio abençoado por Deus.

Oito anos mais tarde, Pedro Vaz de Caminha escreve uma carta para o rei de Portugal contando as grandes descobertas realizadas até então. Inicialmente, Cristóvão Colombo, avistando a terra habitada, deduziu que chegara às Índias, chamando as pessoas do local de índios, isto é, habitantes da Índia.

Colombo não tinha ideia de que localizara um continente até então desconhecido. O nome índio permaneceu e passou a identificar os vários povos que habitavam a América antes da chegada dos europeus, apesar de possuírem identidades diferentes.

Ressalta-se que os povos indígenas e os europeus têm suas raízes genéticas africanas.

Quando os povos africanos migraram, alguns foram para o sul e passaram a ocupar a Austrália, outros se dirigiram para o norte e chegaram a América, ultrapassando o Estreito de Bering na era glacial e permitindo a passagem dos homens para a América.

Quando os europeus aqui chegaram, descobriram o maravilhoso paraíso povoado de homens e mulheres que enchiam os olhos só pelo prazer de vê-los nus. De seu lado, os índios, ao perceberem a chegada dos europeus, os viram como algo espantoso.

Berta Gleizer Ribeiro (1995, p. 49) nos coloca que “frente à invasão europeia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo, depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de cargas”.

Como escravos eram usados para transportar troncos do pau-brasil por caminhos longos e acidentados até chegarem ao local onde seriam embarcados para o exterior.

Além de serem escravos, servindo como animais para transporte, eram levados para fora do país e as mulheres eram exploradas sexualmente. Segundo Waldir José Rampinelli e Nildo Domingos Ouriques (1999, p. 18), “[...] os primeiros escravos indígenas foram mandados para Portugal, já em 1511 [...]”.

A lei de 1611 introduziu a escravidão legal dos índios. Do ponto de vista do índio, a escravidão era um dos piores tormentos impostos pelos portugueses. Contra a escravidão, os indígenas resistiam lutando, fugindo, e até se suicidando.

Ao nos depararmos com esses escritos, sentimos ainda mais como é imensa a dívida que temos para com os povos indígenas. O genocídio contra esses povos é assustador. Houve um extermínio de mais de 70 milhões de índios no continente, dos quais mais de cinco milhões no Brasil, o que nos obriga a reconhecer que se trata de um dos maiores genocídios praticados contra a humanidade.

Conforme o jornal Folha de São Paulo, edição do dia 18/04/1999, caderno especial, p. 4, “em 1500 estima-se que haviam entre 6 milhões de índios no Brasil. Atualmente, a FUNAI calcula que a população indígena seja de 325,6 mil, o que representa 0,2% da população brasileira”.

Porém, observamos, nas últimas décadas, um movimento de resistência indígena que cada vez cresce mais e vem se fortalecendo. É o meio que encontraram para serem ao menos percebidos. Sabemos que o índio

somente queria estar em contato com a natureza, usufruindo do que tinha de graça, pois era da terra que lhe advinha o sustento.

Waldir José Rampinelli e Nildo Domingos Ouriques (1999, p. 21) dizem que

“se, para os povos indígenas, a terra sempre significou vida, a perda e a falta dela historicamente tem representado a morte física e cultural [...] os povos indígenas do Brasil perderam quase 90% de seus territórios tradicionais”.

Nesse panorama ficaram reflexões que nos levam a sentir um grande repúdio para com os homens que cometeram e ainda cometem tais brutalidades com esses povos que vivem nus nas praias, num mundo rico de aves, peixes, raízes, frutos, flores, sementes, podendo caçar, pescar, plantar, colher, mas que, de repente, tudo isso lhes é tolhido devido à ganância da posse.

Assim, em meio a fortes conflitos, foram cruelmente expropriados, exterminados. Berta Gleizer Ribeiro (1995, p. 30) nos diz que “esse conflito se dá em todos os níveis, predominantemente no biótico, como em guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indígenas. No ecológico, pela disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização [...]. No plano ético-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma nova etnia”.

A presença Indígena em Ipira

“Na nossa terra e do vizinho nós encontramos objetos que foram feito pelo índio, como vocês podem ver esta pedra trabalhada”. Selma Kirst, agricultora, 80 anos, Linha dos Pintos- Ipira, 2003.

“Quando criança nós brincava ao ir pra roça, lá nós encontrava bacias de barro, era uma alegria, se a gente sabia o valor daquilo, nós teria guardado”. Gerda Fries, hoje do-

méstica, 70 anos, Filadélfia – Ipira, 2003.

“Nosso pai costumava nos assustar muito dizendo que o “Bugre” viria pega a gente se não obedecesse. Eu tinha uns 8 anos, lembro bem”. Arno Schranck, agricultor, 67 anos, Filadélfia – Ipira, 2003.

Essas falas acima transcritas são de moradores de Ipira e, por meio delas, percebemos os sinais da presença do índio em nossa região. Instigadas com essas colocações, aprofundamos nossa pesquisa por meio dos escritos e do testemunho de um dos protagonistas dessa história - o invasor.

No caso dos escritos, estes repetem somente os feitos do invasor, deixando os indígenas sem o registro de suas falas, pois não lhes foi dado vez e voz. A versão do dominador é, antes de tudo, a de um desbravador.

O desafio que nos propusemos era poder encontrar evidências que comprovassem a presença de indígenas neste solo e conseguimos, pois, pelos estudos realizados, dois grupos habitaram esta região, mais precisamente na região de florestas e campos, nas encostas e no planalto: os Xokleng e Kaingang.

Conforme Maurício Vinhas de Queiroz (1981, p. 19), “antes da chegada dos conquistadores, essas terras, o Iguazu e Uruguai, já eram habitadas. Nelas viviam os Kaingang, que cultivavam o milho e preferiam levantar aldeias nos campos abertos. Os Xokleng falavam uma língua pertencente ao mesmo tronco dos Kaingang, mas desconheciam o cultivo da terra. Praticavam a coleta e a caça, percorriam em constantes correrias o âmago das florestas de araucárias, que lhes serviam de refúgio e abrigo”.

Os Kaingang

Os Kaingang são conhecidos como guayanás, coroados, bugres, Xokleng, tupis e botocudos. Falam o dialeto da língua jê, habitam áreas dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Os territórios tradicionais dos Kaingang estendiam-se pelos campos localizados entre os rios Uruguai e Iguaçu, além das matas de araucária e seus campos intermediários.

Wilmar da Rocha D' Angelis (1989, p. 10) cita que “a faixa intermediária de matas de araucárias e campos, aproximadamente na altura de Campos Novos e Rio do Peixe, possivelmente, desde aquela época, representava um limite indefinido entre as ocupações desses dois últimos povos”. Isso vem reforçar nossa pesquisa de que estes dois povos aqui viveram, marcaram presença.

Os Kaingang eram nômades. No passado, viviam da caça de aves e mamíferos, da pesca e coleta. Dentre os alimentos coletados destacam-se o pinhão, o palmito, o mel, as frutas e a erva-mate. Também colhiam plantas medicinais, gramíneas e cipós utilizados nas confecções de cestaria, cordas e outros objetos de uso cotidiano ou religioso.

Ainda segundo Wilmar da Rocha D' Angelis (1989, p. 14), “cabe esclarecer que os bandeirantes não molestavam os Kaingang e Xokleng, porque não representariam escravos de valor ante os valorizados guaranis. Deve-se isso ao fato de que os jê não eram de língua conhecida (enquanto os próprios bandeirantes falavam o tupi, da mesma família linguística que o guarani) e ao fato de que não eram, como os guaranis, tradicionais agricultores de hábitos sedentários”.

Dessa forma, fica mais compreensível o porquê dos Kaingang conseguirem expandir mais os domínios territoriais. Eles conheciam algumas técnicas de cultivo e praticavam uma agricultura complementar dedicando-se ao cultivo de milho, feijão e moranga. Apenas parte do ano era

dedicada à agricultura. Abandonavam a área cultivada sempre que localizavam outra com condições ambientais e alimentares mais promissoras.

Os Kaingang deram contribuições importantes, abrindo um caminho que ligava o Morro dos Conventos, no sul de Santa Catarina, a Curitiba, passando pelo planalto catarinense, isso no ano de 1728.

Essa ligação foi fundamental economicamente para os tropeiros e também permitiu que, em 1771, fosse fundada a vila de Lages. Nessa região foram instalando-se fazendeiros. Assim, lentamente, os espaços ocupados pelos índios foram sendo invadidos pelo gado.

Os índios Kaingang foram, aos poucos, agrupando-se próximos às fazendas e passaram a ser usados como força de trabalho no meio rural.

Mas no século XIX os Kaingang passaram a representar um peso econômico para os fazendeiros, que solicitaram aos governantes que prestassem assistência aos marginalizados Kaingang.

Pressionados pela presença cada vez maior do branco, os Kaingang fugiram para lugares de difícil acesso, aproximaram-se das periferias das cidades e, atualmente, são assistidos por instituições religiosas e programas de governo.

Sem perspectivas, passaram à submissão, perderam o domínio sobre seus territórios, e as mulheres indígenas passaram a manter contatos sexuais com homens brancos, desarticulando-se, assim, uma cultura milenar.

Hoje, no sul do Brasil, muitas vezes são vistas famílias Kaingang ao longo de rodovias, estradas, ruas de cidades, vendendo seus artesanatos. Eles desenvolveram esse comércio como complemento econômico, pois têm na agricultura rudimentar outra forma de sobrevivência.

Estima-se que, em território brasileiro, vivam atualmente mais ou menos 20 mil Kaingang, que lutam para preservar sua identidade, apesar da marginalização que sofreram no decorrer do processo histórico.

Os Xokleng

Conforme Silvio Coelho Santos, (1987, p. 30-31), “[...] Os índios Xokleng são conhecidos também pelas denominações bugres, botocudos, yokrens e kaingang”.

O termo bugre é usado no sul do Brasil para designar indistintamente qualquer índio. Botocudo é decorrente da utilização de enfeite labial. Xokleng significa taipa de pedra. Kaingang significa apenas “homem”, “qualquer homem”.

Os Xokleng comunicam-se através de um dialeto kaingang, sendo que, culturalmente, não são dependentes um do outro, cada um possui suas características próprias.

Os Xokleng são nômades. Exploram grandes áreas. Em Santa Catarina existiam três grupos: um vivia no centro do território catarinense, o segundo ocupava a fronteira de Santa Catarina com o Paraná e o terceiro dominava mais ao sul. Dependiam da caça e da coleta, com isso precisavam dominar um grande território.

Com a abertura da estrada de tropas, que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo, surge Lages. Assim, com o surgimento das fazendas, iniciaram-se grandes problemas aos Xokleng, pois estavam impedidos de fazer suas coletas nos ricos pinhais.

Não bastando isso, na metade do século intensificou-se a colonização europeia, o que fez com que estes adentrassem mais nos atuais limites de Santa Catarina. Na época, Santa Catarina e Paraná disputavam a questão de limites. Ali os Xokleng mantiveram-se mais ou menos até 1916.

Deve-se mencionar que a colonização europeia em Santa Catarina teve início em 1829, quando os primeiros imigrantes alemães chegaram a São Pedro de Alcântara, iniciando, dessa forma, a conquista da área territorial em que os Xokleng dominavam.

A estrada de tropas que cortava o sertão de São Paulo ao Rio Grande do Sul atravessava os campos e ligava fazendas. Enquanto isso, os Xokleng iam sendo expulsos.

Na descrição de Silvio Coelho Santos (1987, p. 37), “[...] os Xokleng estão, pois, confinados [...], e devido à pressão dos brancos começaram a deslocar-se para o oeste [...]”.

Os Xokleng travaram contatos nada amistosos com os colonizadores europeus, pois estes invadiram seus territórios. Enquanto foi possível, eles resistiram aos avanços dos colonizadores. Na medida que cresciam as colônias, novas áreas de floresta eram derrubadas e assim os índios tinham que buscar outro espaço, cada vez menor.

Conforme Marli Auras (2001, p. 24), “[...] e a população indígena Xokleng (que, obviamente respondia com agressão à agressão que sofria pela presença dos invasores do seu espaço), representava difíceis obstáculos a serem vencidos pelos povoadores [...]”.

Por conta disso, por muitas vezes, surgiram conflitos. Porém, eram dadas as versões dos colonizadores, deixando a impressão que somente as propriedades dos colonos eram atacadas e que animais e alimentos eram roubados.

Muitas empresas e governos estaduais deram suporte aos colonos para que se “defendessem”, eliminando a resistência dos Xoklengs. A contabilização de números de orelhas ou prisioneiros era o que comprovava a eficiência da ação.

Em meio a tantos acontecimentos, muitos Xokleng se submeteram aos colonos, abandonaram antigos modos de viver e adotaram o sedentíssimo agrário.

Atraídos e pacificados em áreas delimitadas, foram perdendo sua estrutura social, a miscigenação foi acontecendo, ficando alvos favoráveis à manifestação de doenças e ao desequilíbrio demográfico e social.

Hoje, são encontrados indivíduos, ou famílias Xokleng, dispersos em diferentes cidades de Santa Catarina, vivendo como assalariados, em atividades de baixa remuneração.

Presença do caboclo

Na definição do dicionário brasileiro Globo, caboclo quer dizer “mestiço de branco com índio, homem do sertão, de cor morena, bronzado, caipira, roceiro”.

Na verdade, conceituar o caboclo é difícil.

Jaci Poli (1991, p. 99) lembra que “os autores que definem, ou tentam definir, esforçam-se em determinar suas origens étnicas, buscando raças básicas que o formaram. De tal sorte que, alguns autores, contentam-se em defini-lo como resultado da miscigenação do branco com o índio. Outros colocam-no como cafuzo, mameluco ou mulato”.

Partindo desse pressuposto, o caboclo é identificado a partir de seu modo de vida e não de raça, pois a população que sucedeu a indígena miscigenou-se, tendo no luso brasileiro (índio com branco) o surgimento do caboclo.

Jaci Poli (1991, p. 99) acrescenta que “na realidade, o caboclo do oeste não é simplesmente originário de cruzamento racial puro, mas do cruzamento de indivíduos já miscigenados”. É importante que essas conceituações sobre o caboclo possam ser percebidas muito mais como social e econômica do que racial.

Conforme Darcy Ribeiro (1995, p. 30), no plano étnico-cultural essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construindo com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas”.

Portanto, conceituar corretamente o caboclo é complicado. Porém, o que está claro é como ele foi sendo visto no decorrer da construção

histórica, isto é, um personagem marginalizado, sem receber o reconhecimento. Foi antes de tudo um indivíduo que serviu de mão de obra para fazendeiros, ervateiros e madeireiros. Era considerado despossuído de bens, como um pedaço de terra, portanto, aceitava o trabalho para sobreviver.

O povo caboclo, de origem humilde, vivia em ranchos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu. Alguns conseguiam cobrir com tabuinhas lascadas, geralmente de pinheiro, devido à facilidade de rachar e eram eles mesmos que as faziam.

Nas casas não tinha assoalho, era chão batido. Somente com o surgimento das serrarias, nas décadas de 20 e 30, é que apareceram esses pavimentos.

Renato Mocellin (1998, p. 14) recorda, ainda, que “existia na região uma agricultura de subsistência, cujos métodos de cultivo eram precários, daí a baixa produtividade. Cultivavam-se milho, feijão, abóbora, melancia, etc., e criavam-se galinhas e porcos. Como em outras partes do Brasil havia enorme solidariedade entre os sertanejos. Era o *pixurum*.”

Esse povo humilde levava uma vida simples, tradicional, trabalhando com a agricultura de pequena escala. Criavam gado e extraíam a erva-mate.

Contudo, é necessário esclarecer que, por dedicarem-se muito à atividade extrativa da erva-mate, e por estarem vinculados à população nômade, os caboclos eram tidos como desocupados, que não gostavam de trabalhar.

Marli Auras (2001, p. 31) esclarece que “era possível trocar o produto de seu trabalho por manufaturados, até então de raro acesso no interior, por sal, açúcar, farinha, fósforo, cujos estoques a Companhia procurava manter em dia”.

Dessa forma, percebe-se como a sobrevivência dessas pessoas dependia do produto da erva-mate, fazendo com que se submetessem a qualquer proposta por parte dos que encomendavam seus serviços.

Dedicando-se à extração da erva, os caboclos prosseguiam. Mas quando um erval era desganhado somente poderia ter novo corte depois de três anos. Assim, na entressafra, dedicavam-se à agricultura e à criação de animais para o consumo particular.

Segundo Arlene Renk (1997, p. 96), “a roça cabocla, forma como foi designada a atividade agrícola dessa camada populacional, sempre foi apresentada como primitiva, atrasada e praticada em pequena escala”.

Pior que isso, ainda citavam que os caboclos usavam um método absurdo e atrasado de derrubar o mato, queimar e plantar. Num ano plantavam num terreno, na próxima safra abandonavam esse espaço e procuravam outro, fazendo, assim, a rotação de terra. Com os animais, preferiam criá-los soltos e perto de casa, diferente dos colonos que os criavam fechados.

Os caboclos tinham o hábito de ter as terras de plantar e as terras de criar, escolhendo as de criar perto de casa, dispensando mudanças, e as de plantar longe da moradia, permitindo a rotatividade. Também quando preciso fosse mudariam de casa para se dedicarem à extração da erva-mate.

Para se ter uma ideia do quanto o caboclo foi explorado e desconsiderado é importante a explicação de Arlene Renk (1991, p. 224), segundo a qual “o extrativismo é avaliado de fora como o mais baixo de uma hierarquia de ofícios”.

“Por parte da população de origem há uma tendência em naturalizar esse serviço como ‘coisa de caboclo’ que só faz isso, que só sabe fazer isso. Não bastasse essa naturalização atribuem-lhe o status de ‘estrangeiros’, ‘estes que não são daqui, que hoje estão aqui e amanhã ali’ (em razão dos deslocamentos sazonais do ofício). [...] resgatar a versão dos que foram espoliados desses homens em carne e osso que sentiram e avaliaram a colonização de forma diferente da história oficial e laudatória”.

O caboclo foi ainda menosprezado porque era visto como um grupo com hábitos diferentes. Ainda que fossem, e possuíam hábitos diferentes sim, eram eles que aqui habitavam quando teve início a colonização, quando as mudanças ocorreram rapidamente.

Do ponto de vista de posse e uso da terra, havia divisões atribuídas aos caboclos, que eram as seguintes:

Agregado: sua função era arrebanhar o gado criado solto, sendo que no oeste catarinense sua conceituação mudou. Jaci Poli (1987, p. 78) informa que o caboclo “passou a ser um agricultor que trabalha nas terras de terceiros por arrendamento ou parceria, [...] e que paga ao dono da propriedade parte de sua produção, que pode chegar até de 30% a 50%”.

Posseiro: não são donos de terra, suas casas são muito simples e construídas em terras devolutas; tinha no corte da erva-mate o principal meio de ganhar o pão. Muitas vezes era bem visto, pois fornecia alimentos básicos para as fazendas e também pelo fato de que trabalhar como peão, ou ser condutor de tropas, era mais importante do que trabalhar na agricultura.

Peões: era uma espécie de paramilitar para os coronéis, entretanto, na medida que o capitalismo evoluía e a exploração da madeira crescia, o peão passou a exercer os trabalhos de cortador, arrastador, serrador e ainda ser o balseiro que conduzia pelo rio Uruguai a madeira.

Essas funções desempenhadas pelos caboclos não eram valorizadas e reconhecidas, o que fazia com que levassem consigo a exploração e a indiferença.

Quanto à ocupação das terras, eles aceitavam pelo instrumento de posse. Era difícil tornarem-se proprietários devido aos entraves burocráticos, pois poucos caboclos tinham condições culturais para entender como essa estrutura funcionava.

Muitos fazendeiros ricos e donos de sesmarias aceitavam a presença desses posseiros, pois assim os caboclos forneciam alimentos básicos, já que as fazendas e sesmarias só produziam para exportação.

Quando os agricultores chegaram, esses posseiros foram desalojados devido à compra da posse ou senão expulsos.

Os posseiros tinham outro papel importante frente aos tropeiros que passavam, era o de abastecer as tropas.

Os caboclos foram assim cada vez mais explorados, marginalizados.

Conforme Jaci Poli (1991, p. 65), “com a instituição da propriedade privada e com as concessões de grandes áreas a quem tivesse prestígio político, os habitantes delas passaram a ser empurrados para terras mais distantes, onde não havia a colonização ou reclamação da terra pelos proprietários, ou, então, permaneciam em lugares onde as terras não se prestavam a exploração pecuária ou para as atividades agrícolas mais racionalizadas”.

Com bases nas pesquisas bibliográficas, percebemos o quanto o povo caboclo foi deixado de lado, não ganhando nem vez nem voz para que se manifestasse e se defendesse frente às barbaridades cometidas por homens hoje idolatrados e homenageados com seus nomes em placas, praças, ruas, tudo alusivo aos seus feitos.

Diante disso, torna-se pertinente afirmarmos que os caboclos foram excluídos da história.

Para fugir da penetração da colonização, os caboclos foram seguindo para o interior, vendo-se na completa rejeição e, o que era ainda pior, eram chamados de intrusos.

De acordo com Jaci Poli (1987, p. 3), “a formulação capitalista fundamentada na propriedade da terra fez com que o caboclo não conseguisse conviver com a colonização patrocinada pelas companhias colonizadoras. Simplesmente pelo fato do caboclo não se preocupar com a acumulação de bens, não tinha dinheiro suficiente para adquirir uma propriedade”.

Como não era pretensão do caboclo enriquecer e muito menos produzir excedentes, ele nunca conseguia obter dinheiro que lhe permitisse comprar terras para fazer sua casa e benfeitorias.

O cultivo da terra, a exploração da madeira e uma agricultura voltada para a produção de excedentes fez com que o caboclo se irritasse, pois com a mercantilização da terra, a divisão das mesmas e a produção de excedentes foi diminuindo o contingente da população cabocla. Tudo porque sua filosofia de vida era diferente do processo de apropriação.

Jaci Poli (1987, p. 84) recorda que “o caboclo [...] passou por todas as fases da economia, como espoliado e marginalizado do processo de criação de riquezas, reduzido a executor das tarefas básicas que não tinham recompensas a não ser um irrisório salário que o tornava cada vez mais dependente e menos capazes de se livrar dessas algemas”.

Particularmente, com o aprofundamento das nossas pesquisas bibliográficas, somos obrigadas a dar nosso testemunho de indignação por termos a exata dimensão do quanto os caboclos foram explorados, submetidos à marginalização e, depois, esquecidos.

Certamente eles foram os grandes explorados, pois trabalhavam com baixos salários, forneciam a concentração de capital financiador da economia e enriqueciam coronéis e fazendeiros. É preciso que, como historiadores, prossigamos nessa árdua tarefa que é a de reconstruir a história silenciosa do povo caboclo, personagem presente no nosso contexto histórico.

Guerra do Contestado

O que significa Contestado?

Contestar é a ação de se discutir e questionar. Esse contestar era a polêmica entre Santa Catarina e o Paraná devido a um território ocupado pelos caboclos que viviam numa sociedade igualitária, sem se preocupar em acumular excedentes.

Segundo Renato Mocellin (1998, p. 55), “os sertanejos, apesar de nunca ouvirem falar no termo ‘Socialismo’, colocavam-no em prática de forma brilhante”.

Precisamente a respeito da Guerra do Contestado, Nilson Thomé (1992, p. 41) informa que “várias foram as origens dessa guerra, uma vez que, na mesma época e no mesmo lugar, aconteceram desde um movimento messiânico de grandes proporções a uma acirrada disputa pela posse das terras, de uma competição econômica pela exploração das riquezas naturais, até a discussão pela fixação dos limites interestaduais [...]”.

Delmir José Valentini (2000, p. 18) coloca que

“a denominação, região do contestado, refere-se ao local que foi, durante muitos anos, alvo de disputas e contendas entre os estados de Santa Catarina e Paraná, chegando inclusive, em 1893, a suscitar uma disputa diplomática internacional entre Brasil e Argentina. A disputa acirrou-se, principalmente, a partir de 1853, quando o estado do Paraná se desmembrou de São Paulo, indo até 1916, quando houve um acordo entre os dois estados litigantes”.

É importante compreender o que representou a Guerra do Contestado no contexto histórico brasileiro por ser um acontecimento histórico muitas vezes pouco estudado e discutido nas escolas.

Conforme relato do Dr. Hugo Nicollau Riffel (30/06/04), a Guerra do Contestado preocupava as pessoas que moravam na região:

“Nosso pai contava que no tempo da Guerra do Contestado aqui em Ipira passavam “fanáticos” daquela era revolucionária. Às vezes, turmas com mais de 50 homens, mulheres e crianças, a pé, a cavalo, vinham até Piratuba comprar suprimento. Nosso pai, com medo, se preparava com a Winchester atrás da porta para reagir em caso de invasão ou agressão”.

Percebe-se, então, como era forte, em todos os lugares, o medo do caboclo. A visão desse personagem era de discriminação. Hoje, graças aos historiadores e às Universidades, com cursos de História, essa imagem vem mudando.

Foi no século XX que os habitantes do planalto catarinense vislumbraram cenas traumáticas de horror. Toda história que iria mudar a vida dessas pessoas começou no ano de 1853, em que a região de campos de Palmas, que compreendia uma área de 48.000 Km, era contestada na justiça pelos dois estados, Santa Catarina e Paraná. Nesse território existiam ricos ervais e árvores nativas, grandes motivos de cobiça.

Não bastasse a indefinição das fronteiras interestaduais, em 1881, o Brasil e a Argentina levantaram uma questão limítrofe que ficou conhecida por Questão de Palmas, ou Missiones, onde a divisa internacional passava pelos Rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. No entanto, os argentinos pregavam que os referidos rios deveriam ser o Chapecó e o Jangada.

Essa questão foi solucionada em 1985, quando o presidente americano Grover Cleveland entendeu a causa e reconheceu o Brasil como dono da área. Mas como chegaram a essa conclusão?

Conforme Adelar Heinsfeld (2001, p. 96), “o Barão do Rio Branco, então cônsul em Liverpool, foi designado para apresentar a defesa brasileira. [...] A defesa apresentada por Rio Branco ao árbitro é um verdadeiro tratado de geopolítica. À luz da história e da Geografia, calcado em mapas, convenceu o árbitro, o presidente norte-americano Grover Cleveland, que o Brasil estava com a razão”.

Mas qual a relação entre os limites com a Argentina e a Guerra do Contestado?

Sabe-se que a maioria do povo dessa região era iletrada, não recebia assistência governamental. De repente, a classe dominante tenta introduzir, à força, o capitalismo, baseado na exploração da população.

Como os governantes brasileiros temiam que a Argentina recorresse novamente na questão de limites decidiu construir uma ferrovia que ligasse o sul ao centro do país, trazendo assim, na concepção deles, o desenvolvimento econômico para a região.

Delmir José Valentini (2000, p. 41) explica que “internamente, as pretensões dos estados de Santa Catarina e do Paraná começaram a tumultuar a região, que passou a ser conhecida como território Contestado. As disputas atingiram as populações locais”.

No decorrer do tempo, criou-se, dessa forma, um ambiente de hostilidade, em que os dois estados incentivaram a seu modo que os espaços fossem ocupados para ganharem a causa.

Uma série de fatores políticos e administrativos se desencadearam relacionados aos governos, políticos, fazendeiros, bem como aos interesses econômicos de empresários.

E nesse emaranhado de acontecimentos, o humilde caboclo era desconsiderado e menosprezado.

Somente com a intervenção do Supremo Tribunal Federal, em 1904, Santa Catarina ganhou a causa. O Paraná recorreu, mas o STF confirmou definitivamente, em 1910, a causa ganha para Santa Catarina.

Nesse cenário destaca-se que a construção da estrada de ferro que ligaria o Sul com o centro do país estava interligada com os acontecimentos ocorridos na região serrana de Santa Catarina, pois existiam interesses geopolíticos sobre a região, justificando a construção da ferrovia, idealizada em 1888.

A construção da estrada de ferro ficou com a Brasil Railway Company por ter adquirido o controle acionário. Era uma poderosa empresa norte-americana que, além de controlar as ferrovias, mantinha outros controles, como dos portos industriais e madeireiras.

A companhia norte-americana investiu na exploração das terras laterais da ferrovia, conforme contrato realizado com o governo federal. O contrato previa a exploração de 15 kms de cada lado da ferrovia. Para conseguir uma vasta área de terra, traçaram muito mal e em ziguezague, usufruindo partes maiores, extraíndo a madeira e comercializando lotes, ganhando assim duas vezes, primeiro com a venda da madeira e depois comercializando a terra.

À medida que os trilhos iam sendo colocados, aumentava o número de desalojados que tinham que sair desse espaço. Os que iam perdendo suas terras se juntavam a outros grupos descontentes e muitos deles eram os caboclos, que muito foram prejudicados com a construção da estrada, pois mal sabiam eles que a garantia da posse era obtida por meio de títulos e escrituras, os quais eles não possuíam. Além disso, muitas dessas terras localizavam-se dentro da faixa de 30 km que o governo cedeu à empresa.

A serraria Brasil Lumber Company, uma das maiores serrarias americana e do mundo, deu sua parcela de contribuição para que a Guerra do Contestado fosse se armando.

Durante os 40 anos que a Lumber atuou em torno da estrada de ferro, aproximadamente 200 mil hectares de terra foram desmatados e cerca de 5 milhões de árvores foram destruídas, causando um enorme prejuízo ecológico à região. Profundas mudanças estavam acontecendo na região, era o capitalismo que estava se instalando.

Em meio a todo esse emaranhado de conflitos surgem os monges, peças fundamentais na vida dos caboclos.

Conforme Delmir José Valentini (2000, p. 57), “o catolicismo rústico praticado pela gente de Serra-Acima era fortemente impregnado de práticas mágicas de origem medieval europeia, indígena ou africana. Manifestava-se espontaneamente em qualquer zona rural, [...]”.

Por serem simples e por levarem uma vida simples, de despreendimento e abandono, os caboclos estavam mais vulneráveis à aceitação religiosa.

Esse fator vem ao encontro com o que Delmir José Valentini (2000, p. 58) registra: “a presença constante dos monges acentuava o caráter religioso e místico do cotidiano da vida sertaneja”.

Primeiramente seguiam o catolicismo rústico, crença em curandeiros, benzedeadas, adivinhas, e todos os fenômenos naturais que provinham de forças ocultas, seguindo escritos bíblicos para professar.

Mas com o tempo, conforme Renato Mocellin (1998, p. 18), “o Catolicismo rústico do Contestado, a partir do sistema de compadrio, como uma prática já instituída nas relações sociais, e naturalmente vivida, vai com o passar do tempo, redimensionando tal prática, desviando-a da ortodoxia da Igreja. Os pais preferiam ter seus filhos batizados unicamente pelo monge e, além disso, que ele próprio fosse o padrinho (em clara oposição ao catolicismo oficial e a ordem social estratificada, uma vez que João Maria estava sendo preferido frente ao ‘Coronel’)”.

É pertinente então reforçarmos que o monge era para o caboclo um personagem indispensável no convívio diário, pois fazia parte da vida social do sertanejo, enquanto o padre morava na vila, dificilmente ia até o sertão.

Segundo Renato Mocellin (1998, p. 19), “[...] os padres cobravam para rezar missas, fazer batizados etc, enquanto o ‘monge’ fazia suas orações, suas curas, e dava seus conselhos gratuitamente. Saliente-se também que a mensagem do ‘monge’ era facilmente compreendida pelos sertanejos, o que, na maioria das vezes, não ocorria com o discurso do padre”.

Os monges que mais marcaram essa trajetória foram os seguintes:

- João Maria de Agostini, italiano. Era humilde, fazia suas pregações e plantava cruzes onde passava, sendo que essas ainda podem ser vistas na região de Mafra e Porto União. Em torno desse monge foi crescendo o número de seguidores, o que fez com que os políticos e militares voltassem a atenção para esse fato. O monge foi acusado, perseguido, preso e foi conduzido à capital da República.
- Por volta de 1890 surge Atanás Marcaf, provavelmente de origem Síria. Foi chamado pelos caboclos de João Maria de Jesus, batizava as crianças e curava os doentes com suas rezas. Assim como surgiu, desapareceu em 1908.
- Quatro anos mais tarde, os caminhos do sertão catarinense seriam trilhados pelo personagem José Maria. Juntou-se aos caboclos por estar descontente com o que estava presenciando. Repassou aos caboclos o que sabia sobre técnicas militares, e estes foram se preparando para os combates que teriam que enfrentar. Assim, de 1912 até 1916 horríveis combates se deram nas terras catarinenses.

Torna-se pertinente fazermos a explicação sobre os primeiros ajuntamentos ou redutos de fiéis seguidores.

De acordo com Delmir José Valentini (2000, p. 94), após a peregrinação de José Maria e seus seguidores, de Taquaraçu para Irani, o consequente confronto com a polícia do Paraná, em 22 de outubro de 1912, e a dispersão dos sobreviventes, somente um ano depois os sertanejos principiaram a se reunir em acampamentos que posteriormente seriam denominados redutos”.

Nos redutos havia uma ótima organização social e de trabalho e cada vez ganhavam mais adeptos, pois no início pareciam pequenos agrupamentos de caboclos empolgados, mais tarde, reverteu-se trazendo fome, miséria e morte.

Entre os inúmeros combates, os caboclos foram vencendo alguns. Porém, a desigualdade das forças bélicas era visível. De início lutavam com

facções e armas de caça e saíam vitoriosos, pois os caboclos conheciam o território e com armadilhas surpreendiam os soldados.

Mas o cerco foi se armando e as autoridades perceberam que a saída era utilizar a aviação. Construíram campos de pouso, o que permitia que pudessem vasculhar o território e descobrir os redutos através da fumaça que saía dos mesmos. Isso facilitou, infelizmente, o trabalho das autoridades. Assim o caboclo foi sendo cercado.

Segundo Delmir José Valentini (2000, p. 168), “a fome castigava. Não possuindo roças e impedidos de saírem para coletar frutas, mel e caçar, os sertanejos não tinham o que comer. [...] O gado arrebanhado anteriormente e que estava na mangueira foi sendo abatido, pois carneavam de dez a doze cabeças por dia. [...] O sal terminou por completo. Na tentativa de saciar a fome apelavam para frutas de imbuía, miolos de xaxim, brotos, mel e caça, o que fosse possível encontrar nos arredores. [...] comiam tudo que fosse de couro, além de cavalos”.

Sem perspectiva e ânimo prosseguiam e, com isso, o fervor religioso ia morrendo.

Delmir José Valentini (2000, p. 172) destaca que “a destruição do último reduto não foi diferente dos anteriores. Transpondo cadáveres, incendiando ranchos e saqueando míseros pertences, as forças atacantes espalharam o pavor”.

Além disso, conforme Delmir José Valentini (apud Maurício Vinhas de Queiroz, 1981, p. 172), “[...] havia cadáveres por toda parte, inclusive de crianças e mulheres, porém, poucos eram os prisioneiros. Milhares de fugitivos haviam ganhado o mato em todas as direções”.

No decorrer da história, o caboclo foi considerado culpado, com isso foi condenado ao silêncio, na condição de vencido. Entretanto, constata-se que ele foi vencido em decorrência das condições desumanas que teve que enfrentar.

As lutas armadas e os julgamentos nos tribunais tiveram fim em outubro de 1916, quando Santa Catarina e Paraná assinaram o acordo que definia os limites entre os dois estados.

Dessa maneira, a Guerra do Contestado foi uma guerra dos caboclos contra uma ordem social injusta, em que foram colocados em marcha atos que vangloriaram uma trajetória de dominantes. A dos dominados caiu no silêncio. Por isso buscamos recuperar um pouco desse conflito e, mais que isso, buscando comprovações em favor daquele que foi excluído.

A História Cabocla de Zonalta

Pesquisando sobre a história cabocla colhemos depoimentos, entre eles, de Adélio Spanholi¹ e de Aderbal de Vargas². A partir desses depoimentos, aprofundamos as leituras sobre a cultura Cabocla de Zonalta – Piratuba-SC, nos detendo à entrevista que Adélio Spanholi concedeu ao Jornal A comunidade, de Piratuba-SC, de 16.07.2003, que serviu de base para o texto que segue transcrito:

“Escrever sobre Piratuba Cabocla, como referência de progresso e desenvolvimento, não é tarefa muito simples. Afinal, muito pouco se escreveu e são muito raros os registros das atividades dos caboclos que povoaram, principalmente as regiões costeiras de nosso município.

A saga destes desbravadores não foi fácil desde sua partida das ‘Terras Velhas’, como costumavam ser referidas as regiões do Rio Taquari, lá pelas décadas de 1920/30, que em grande levadas de roceiros traziam sonhos e cantigas embaladas em carroças de bois, em longas viagens que chegavam a durar 30 dias.

Aqui se estabeleceram em terras então férteis e pela possibilidade de venda de produtos coloniais, graças à existência da Estrada de Ferro,

1 Engenheiro Agrônomo da Epagri, Piratuba-SC.

2 Descendente de Caboclo, um dos líderes principais da preservação da Cultura de Zonalta, Piratuba-SC.

desenvolveu-se um comércio, onde destacavam-se a alfafa, a cana-de-açúcar, a mandioca e também animais, principalmente a galinha de terreiro.

É interessante ressaltar as características, que não se limitavam a venda in natura, mas que industrializavam e agregavam valores aos produtos. Assim, desde a venda de ovos, que recebia um tratamento especial ao ser empalhado e cuidadosamente embalado em barricas de madeira (que seguiam via férrea para as grandes capitais, acondicionados em barricas de madeira especialmente fabricados por Joaquim Piovesan, em sua oficina localizada na rua das Flores, próximo à Igreja Católica, em trens que passavam regularmente pela então progressista vila do Rio do Peixe, como Piratuba era chamada até 1949 ao se emancipar) até a alfafa, que era enfardada, para posterior comercialização e transporte.

A agroindústria da cana, que teve no seu apogeu mais de cem alambiques espalhados pela região e ainda o açúcar mascavo e a transformação em rapaduras e outros derivados, cuja produção era vendida diretamente nas estações ferroviárias.

Alguns poucos alambiques sobreviveram ao tempo e até hoje se mantém na produção artesanal da cachaça.

Outro destaque agroindustrial foi a ‘Atafona’ ou ‘Tafona’ que, segundo informações, eram mais de trinta no município funcionando a todo vapor para um comércio crescente. Merecem destaque ainda a indústria madeireira e o tão falado frigorífico pioneiro na agroindústria de transformação de suínos.”

Particularmente, seu Adélio nos relatou sobre sua preocupação em preservar e divulgar a cultura cabocla. Ele nos contou que quando teve que escolher um lugar para trabalhar, fez isso por meio de um mapa, sinalizando Piratuba por acaso.

Nessa localidade, pelo que lhe informaram, encontraria a cidade dos alemães, isso na data de 26.08.1989. Ele era natural de Cacique Doble (RS).

Casou-se com a Professora Lélia Cristina Antoniazzi Spanholi. O casal tem duas filhas, Caroline e Janaína.

Chegando a Piratuba, começou a trabalhar e, com o decorrer do tempo, foi encontrando casualidades espetaculares e pessoas que dominavam uma cultura diferente, principalmente em Zonalta, uma localidade que concentra grande número de descendentes de caboclos.

Em Zonalta, a cultura se diferenciava no jeito de ser e de receber as pessoas nas casas. Lá, Adélio Spanholi fortaleceu amizades, especialmente com Normélio de Vargas e seu filho Aderbal de Vargas.

Os moradores de Zonalta, além de receberem bem as pessoas, levavam a sério a cultura. Nessa convivência, Adélio foi percebendo que a comunidade de Zonalta era mais cabocla que alemã.

Assim, os laços de amizades dele com as pessoas descendentes de caboclos foram se fortalecendo e, em Janeiro de 2002, aconteceu o primeiro encontro denominado *Toadas na Roça*³.

O evento tinha por objetivo ajudar uma família na roça. O pixurum, como era conhecido essa forma de mutirão, consistia em capinar no meio de milho, no corte da erva-mate, dependendo da época. Durante o trabalho cantavam toadas.

Aderbal de Vargas explicou que o canto ocorre durante o trabalho para “para evitar as conversas paralelas, que muitas vezes não deixa o trabalho render. Cantando todos trabaíam mais unidos”, pontuou.

Na metade da manhã de trabalho era servido o café na roça que consistia em Café na chaleira, Pão de milho com melado de cana e Torresmo sem passar na prensa. Ao meio-dia almoçavam normalmente e, à tarde, todos retornavam ao trabalho.

3 Cantos que saúdam visitantes, amigos, não tem cunho religioso, é alegre, envolve brincadeiras.

A convite de Aderbal de Vargas fomos à Zonalta – Piratuba-SC, em Janeiro de 2004, para assistir à Toada na Roça daquele ano.

Na parte da manhã aconteceu a capina na roça, todos entoavam o canto que o puxador cantava.

Figura 1 – Moradores de Zonalta na capina



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

Figura 2 – Café na roça



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

Ao meio-dia foi servido almoço no pavilhão, com churrasco assado sob uma armação movimentada por roldanas em espeto de madeira. Um churrasco feito diferente do tradicional.

À tarde ocorreu a parte cultural, com apresentações de poesias, duplas, trios com trovas e ternos de rei. O terno de reis é cantado com mais intensidade no Dia de Reis, quando vão até as casas dos moradores. O canto é dividido em partes, cantam conforme vão passando pelas casas, tem a parte da chegada, entrada na casa, agradecimento pela comida recebida e despedida. Presenciamos todas essas etapas^{4,5}

História Cabocla de Ipira

O apoio da comunidade de Zonalta aos nossos estudos foi fundamental para que pudéssemos avançar nas pesquisas em Ipira, pois para contar esta história tivemos como base as fontes orais.

Conforme Erika Juliana Dmitruk (apud Oscar Pedroso Horta, 1991, p. 9), “a memória não está nos discos rígidos dos equipamentos eletrônicos, mas na mente flexível e mutável dos seres humanos”.

Reiteramos que memórias reacesas nos forneceram subsídios para compreendermos lacunas deixadas pela ausência de outros documentos, sendo, então, possível relermos e sistematizarmos a construção da história cabocla.

Alessandro Portelli (1996, p. 60) ensina que “[...] o principal paradoxo oral e da história das memórias é de fato que as fontes são pessoas, não documentos [...]”. Essa afirmação nos deu ainda mais segurança para que pudéssemos avançar com nossa pesquisa.

Precisamente, a história cabocla de Ipira foi marcada pela chegada de pessoas que vieram de vários lugares do Rio Grande do Sul, como São Borja, Vacaria, Bom Jardim das Broxe e Segundo Distrito de Sanga Funda.

4 Composição poética ligeira e de caráter mais ou menos popular. Canção, cantiga.

5 Grupo de três, trio. Canção de cunho religiosa, sacro. É animado.

No ano de 1890 chegavam de Vacaria, João Borges Ferreira e Manoel Laurindo Ribeiro, fixando residência em Estêves Júnior. Mais tarde, na década de 1930, chegaram outras pessoas também vindas do Rio Grande do Sul. Elas buscavam novas terras, pois no Rio Grande do Sul já estavam sendo consideradas “terras velhas”.

Nos depoimentos, Sr. Osvaldo e D. Celestina Azevedo Garcia (18.03.2004) nos contaram um pouco de como foi o transcurso da viagem deles. Ambos vieram do Rio Grande do Sul, ele com 13 anos, ela com 9 anos.

Os motivos que trouxeram suas famílias para cá não foram diferentes de outras famílias, ou seja, vieram em busca de novas terras. A viagem de Osvaldo demorou 25 dias, 20 de viagem e 5 para descanso, sendo que um deles foi nas pousadas em Rio das Antas-SC.

Já a viagem da família de D. Celestina demorou 31 dias.

“Viemos costeando a estrada de ferro e um dia, no parar pra descansar, o gado estourou, fizeram uma devassa, tivemos que esperar até que o gado fosse pego pra nós seguir viagem”.

Outro fato que marcou muito a viagem para D. Celestina foi quando atravessaram um rio e a carroça foi invadida pela água, tudo ficou molhado e um cestinho que tinha bonecas dentro foi levado pelas águas. Ao relatar sua voz fica carregada de emoção.

“Nossa! Aquilo foi triste, as bonecas eram muito importante pra nós, ainda hoje eu me alembro da boneca que se foi”.

Chegando nas novas terras, todos os que vieram enfrentaram períodos difíceis. Recomeçar a vida não era fácil, era necessário construir as casas, todas de modo muito simples, com chão batido.

Tinham na agricultura a maneira para produzir os alimentos que necessitavam, sendo plantados milho, mandioca, cana de açúcar, abóbora e batata doce.

Algumas famílias começaram a se dedicar na fabricação do açúcar amarelo e a rapadura, construindo, assim, os engenhos de cana. Outros construíram tafonas para fabricar a farinha de mandioca que era utilizada nos alimentos, como biju, solda, pirão e outros.

O alambique para fabricar cachaça também foi construído e ainda os carijós para fazer a erva-mate, já que tinham o costume de tomar o chimarrão.

Sr. Urbano e D. Eva de Simas (03.12.2003) também contaram um pouco da trajetória de suas vidas. A família do Sr. Urbano veio do igualmente Rio Grande do Sul. A viagem foi difícil.

“A viagem demorou 40 dias, muita chuva, tinha que parar pra esperar a chuva passar para continuar. Foi difícil”.

As diversões eram poucas. Os bailes aconteciam nas casas, eram particulares. Quem tocava geralmente eram gaiteiros e as músicas tocadas eram valsinha, meia canha e xote. Começava à noitinha e se estendia até o sol raiar. Durante o baile havia a tradição de vender versinhos com um docinho. O gaiteiro parava de tocar e os namorados recitavam versos, isso em voz alta, todos ouviam as declarações de amor ou então “um fora”. Isso era muito forte entre os jovens.

Conheçam alguns versinhos de autoria de D. Eva de Simas:

“Na distância que tu moras, minhas vistas não alcançam, não podendo ver-te todos os dias, aceitas mil lembranças”.

“Se eu fosse uma roseira, eu te mandava um botão, mas como eu sou uma jovem, te mando um cartão”.

“Desde o dia que eu te vi, comecei a te amar, terei um grande sentimento, se eu contigo não casar”.

De seu lado, Sr. Urbano de Simas também colaborou e nos cedeu cópias de toadas, as quais transcrevemos:

Limoeiro (Cantado por 2 duplas)

*O limoeiro é pão de espinho onde nasce a penitência.
Olê, lai, lai, olê, lai, lai onde nasce a penitência.
do amor nasce o ciúme do ciúme a má querência.
Olê, lai, lai, olê, lai, lai, do ciúme e má querência.*

O Cachorrinho

*Me pediram meu cachorro,
Oi, lare, lai, lai.
Ai, me pediram mas não dou,
Ai, me pediram mas não dou.*

*Eu perdi o meu amor.
Ai, lare, lai, lai.
Ai, meu cachorrinho achou.
Ai, meu cachorrinho achou.*

Beija Flor

*Ó meu lindo beija flor,
Onde foi fazer seu ninho?
Ori, lai, lai, ore, lai, lai.
Onde foi fazer seu ninho.
Na mais alta laranjeira no derradeiro gainho.
Ore, lai, lai, ore, lai, lai no derradeiro gainho.*

Quando falamos sobre o namoro na época, assim disse o Sr. Osvaldo:

“Cada um sentava de um lado, era um banco, mas eu sempre dava um jeito e mesmo de longe eu coringava ela com os óios”.

Muito forte era a tradição da Mesa dos Inocentes, que consistia em oferecer à criança, de até 7 anos, uma refeição.

Essa refeição acontecia no chão, onde era colocado uma toalha e em cima os alimentos e as crianças sentavam no chão. Era oferecido como alimento, três tipos de carne: de gado, porco e frango. Sopa de macarrão, arroz branco, maionese e pão. Como sobremesa era servido pão de ló enfeitado com clara de ovos e açúcar de cor.

Os alimentos eram todos feitos pela família que fazia a oferta, porque estavam pagando uma promessa por uma graça recebida.

Os adultos não participavam. Caso tivesse alguma criança que não conseguisse comer sozinha, a mãe sentava junto para ajudar. A refeição para os adultos era feita em separado.

Figura 3 – Mesa dos inocentes de Leonardo de Simas



Acervo particular de Eva de Simas.

O batizado em casa também era outra prática adotada nessa cultura. A criança era batizada na residência quando era muito chorona, ou estava doente. Acreditavam que o batizado era uma benção e que, ao fazê-lo, a criança ficaria boa. Como o padre vinha poucas vezes na comunidade, o batizado era feito em casa mesmo.

D. Eva de Simas lembra do seu batizado:

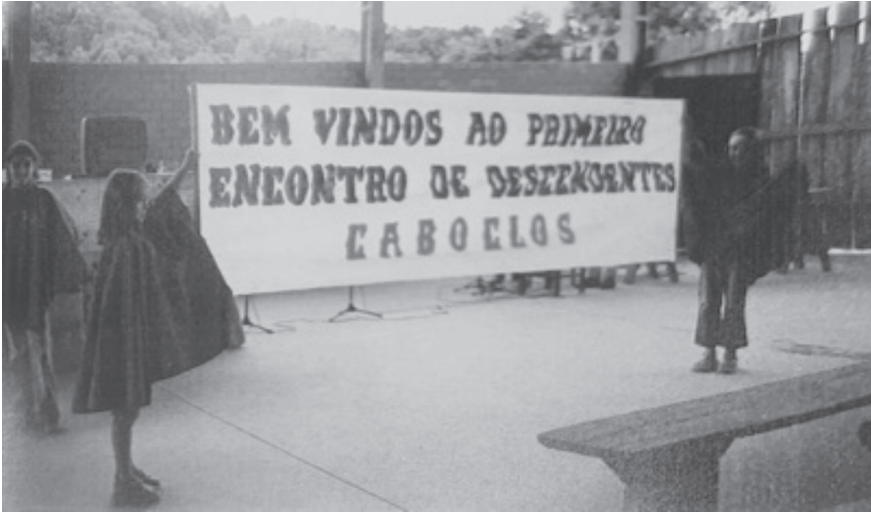
“Eu fui batizada em casa, porque estava doente. Anos depois também batizei em casa duas crianças que estavam doentes. Batizei a Clair de Simas e um menino chamado Felipe, o sobrenome não me alembro”.

O ritual do batizado acontecia com os pais e padrinhos, ou só a madrinha. A criança usava roupa branca e então, com uma vela acesa, água benta, rezavam o credo, pai-nosso, faziam o sinal da cruz, sendo assim realizado o batizado.

O terço cantado era outra prática cultuada. Não possuía um dia específico para a realização. Era feito onde as pessoas se reuniam. Entre vizinhos, combinavam um dia para se encontrarem e fazerem suas orações cantadas, quando faziam pedidos aos santos.

Em março de 2004, realizamos um grande encontro de descendentes de caboclos, o primeiro em Ipira, com objetivo de reacendermos um pouco mais essa história. Contamos com o apoio da Administração Municipal 2001/2004, na pessoa do prefeito Sr. Roque de Simas, da Secretária Municipal da Educação, nas pessoas da Sra. Ozaide Linhares, Sra. Ladi Starck Baretta e Sra. Gelci de Souza Deon, e também do diretor Cultural Sr. Clóvis Renato Huf, da colega Sra. Patrícia Stockmann e das Diretorias da Igreja Católica e do Centro Comunitário de Boa Esperança.

Figura 4 – Momento de recepção ao grupo de Zonalta



Acervo particular de Ivanete e Vânia

O encontro obedeceu à seguinte programação:

10 h - Abertura com momento religioso. Pronunciamento do Prefeito Municipal de Ipira. Pronunciamento dos líderes de Zonalta – Adélio Spanholi e Aderbal de Vargas.

12 h - Almoço com comidas típicas de origem cabocla.

14 h – Apresentações.

Por que fazer nessa comunidade o primeiro encontro de descendentes caboclos? Porque desde que iniciou a construção da história cabocla de Zonalta, descendentes de caboclos da comunidade participam dos encontros Toadas na Roça, já descritos anteriormente. E também porque nessa comunidade existem pessoas preocupadas com a preservação da tradição cabocla.

Figura 5 – Decoração para o Encontro de Descendentes de Caboclos



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

Figura 6 – Recepção ao grupo de Zonalta



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

Figuras 7 e 8 – Recepção ao grupo de Zonalta



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

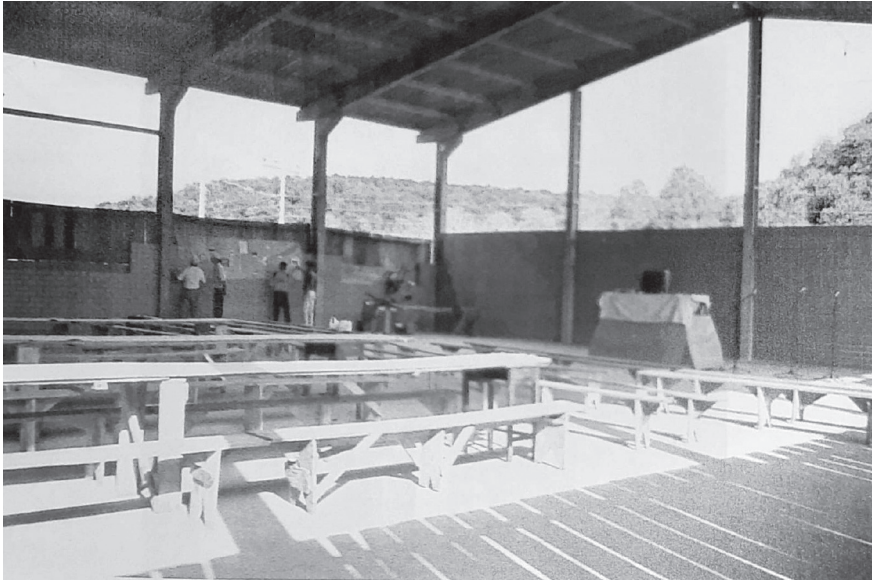
Figuras 9 e 10 – Recepção ao grupo de Zonalta



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

O almoço foi com comidas típicas, todas feitas pelas pessoas que se envolveram. Teve a feijoada, a solda, o pirão, o arroz de pilão com linguiça, a carne de porco, a mandioca com espinhaço de porco, o pão de milho com torresmo, a abobrinha cozida. Como sobremesa, o tradicional biju, bolinho de banha e de chuva.

Figura 11 – Espaço reservado para o almoço



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

Figuras 12, 13 e 14 – Almoço



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

Figuras 15 e 16 – Almoço



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

Figuras 17 e 18 – Almoço



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

Ocorreram apresentações diversas e muitos vieram trazer sua contribuição histórica. Um dos momentos especiais foi quando Sr. Osvaldo e D. Celestina fizeram apresentações de cantos, entre eles, cantos religiosos. Foi emocionante inclusive, quando um dos filhos fez o pronunciamento:

“Estou arrepiado, eu não imaginava que meus pais pudessem cantar assim”.

Figura 19 – Casal Osvaldo e Celestina Azevedo Garcia



Dia do encontro. Acervo particular de Ivanete e Vânia.

Além das apresentações dos grupos de Zonalta e Boa Esperança, outras pessoas também trouxeram suas mensagens, como D. Dulce Vieira e Sr. Manoel da Silva. Prestigiou o encontro Sr. Ervino Kleemann, descendente de alemães que tem muito respeito por essa etnia e apresentou-se com seu bandonion.

Figura 20 – Apresentação do grupo de Boa Esperança



Acervo particular de Ivanete e Vânia

Figuras 21 e 22 – Apresentações



Acervo particular de Ivanete e Vânia.

Houve o momento de vendas de versinhos feitos por Sra. Ladi Starck Baretta e Sra. Gelci de Souza Deon. Isso era tradição nos bailes, como descrito anteriormente, quando os namorados trocavam versos como prova de amor no início de uma paquera ou quando terminavam o namoro.

Nesse dia, Boa Esperança foi palco da reconstrução de uma história, que teve apenas um recomeço, pois mais encontros acontecerão para dar sequência a esse resgate importante.

Essas pessoas, na sua humildade, possuem uma riqueza de história que deve ter continuidade para que não se perca ainda mais, conforme alerta Sr. Urbano:

“Os novos não vão conhecer nada dessa história se nós, mais véio, não se preocupar em contar pra quem está disposto a ouvir”.

Colonizações alemã e italiana

São inúmeros os motivos que levam as pessoas a buscarem outro lugar para viver – melhores terras, perseguições, questões culturais e guerras, entre outras causas. Conforme Ítalo Dal Mas (Apud Eduardo Sganzerla, 2001, p. 17), “a imigração é um movimento que existe desde os primórdios da civilização [...]”.

No Brasil, a imigração de europeus iniciou-se no começo do século XIX. Antes disso, não existiram correntes imigratórias para o nosso país. Entre os anos de 1800 a 1850, do século XIX, a Europa estava passando por crises muito sérias.

Com o surgimento da indústria manufatureira, aconteceram grandes transformações que culminaram na Revolução Industrial. Além disso, as terras mais férteis estavam concentradas nas mãos dos nobres. Com isso, os servos eram forçados a terem que deixar suas lavouras e plantações. Assim foram indo para as cidades em busca de emprego nas fábricas que começavam a surgir.

Sandra Jatahy Pesavento (1980, p. 156), relata que “formou-se, em determinadas nações, um excedente populacional que, sem terra e sem trabalho, convertia-se num foco de tensão social”. Com isso começou a faltar mão de obra na lavoura, o que fez com que diminuíssem os alimentos.

Com os avanços científicos da medicina, muitas doenças começaram a ser controladas, aumentando o tempo de vida das pessoas e, conseqüentemente, propiciando o crescimento demográfico.

Frente a isso deu-se uma grande crise social. A população aumentou além do esperado, a produção de alimentos diminuiu, inúmeros problemas se abateram sobre os países europeus. O resultado foi a fome, o desemprego de muitos que, em curto espaço de tempo, vieram a perder suas posses.

Luis Antônio Giron (1980, p. 49) aponta que

“ao problema social, soma-se o econômico e o político. As máquinas, que, em parte, aumentaram os capitais da burguesia e, em parte, desalojaram os operários de suas ocupações, garantiram a expansão a América. A mesma expansão técnica que expulsava os homens garantiria seu transporte para outras terras, através dos navios a vapor. A Europa passou a exportar em larga escala produtos industrializados, religião, costumes, ideias e, especialmente, europeus”.

Foi em meio a toda essa conflitante situação que, entre ficar e ser assimilado pelo novo modo de produção, houve um grande contingente de pessoas que vislumbraram a solução na imigração. Porém, era difícil avaliar o que era mais problemático, a situação europeia que deixavam para trás ou a nova realidade que encontrariam no novo país.

No Brasil existia o interesse em receber estrangeiros para ocuparem os territórios pouco ou ainda não povoados.

Segundo Eduardo Sganzerla (2001, p. 17), “[...] desde a chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, promoveu-se a vinda de imigrantes europeus não portugueses ao Brasil”.

Havia preocupação do governo em abrir espaço para os imigrantes, pois o contingente populacional existente era inexpressivo diante da vastidão do território, ou seja, era preciso povoar esses espaços.

Adelar Heinsfeld (2001, p. 106) diz que

“no século XIX, para promover a colonização de vastas áreas até então abandonadas e desvalorizadas no sul do Brasil, procurou-se atrair o camponês europeu, policultor e pequenos proprietários, que serviria para os propósitos da colonização. [...] Esse elemento humano carregava consigo potencialidades adequadas e necessárias para o estabelecimento de relações capitalistas de produção,

relações essas que em outras partes do país se implantavam com a destruição gradativa do sistema escravista”.

O governo tinha como objetivo povoar regiões até então desocupadas, além de obter braços livres para a grande lavoura, em substituição ao trabalho escravo. Assim, a solução pensada e aceita pelos líderes políticos do império brasileiro foi incentivar a imigração. O imigrante garantiria a posse da terra e exploraria, com o conhecimento que possuía, os recursos da nova terra.

Para uma economia que estava dando os primeiros passos, a imigração viria a somar pontos, pois, trazendo trabalhadores, poderia se resolver o problema de mão de obra, um aspecto necessário para o desenvolvimento econômico da época: economia agroexportadora, especialmente, a lavoura de café.

Entre 1820 e 1840 um acontecimento político-econômico colaborou para o processo de imigração estrangeira em nosso país: fazendeiros do café do Brasil passaram a ter a hegemonia econômica e política desse produto. Caio Prado Júnior (2004, p. 189) destaca que “os imigrantes que chegaram eram poucos para as necessidades da lavoura cafeeira, sempre em franco progresso, e a quase totalidade deles se fixaram nas fazendas como simples assalariados”.

Foi assim que a política da imigração foi crescendo. Colônias oficiais e mesmo particulares distribuía aos colonos que estavam chegando pequenos lotes de terras para colonizar, fixando-os nas próprias fazendas e grandes lavouras, onde trabalhavam como subordinados, num regime de parceria, devido à necessidade de mão de obra.

Segundo Caio Prado Júnior (2004, p. 193),

“a lavoura do café, gênero então de largas perspectivas nos mercados internacionais contará com uma base financeira e de crédito, bem como um aparelhamento comercial suficiente que lhe permitirão a considerável expansão [...]”.

Aumentavam, então, os incentivos para a vinda de imigrantes europeus para suprir o declínio da população escrava.

Alemães no Sul do Brasil

Até o início do século XIX, a Alemanha era um país essencialmente rural. Porém, a revolução agrícola trouxe transformações para a vida dos pequenos camponeses alemães. E a situação se agravou quando, a partir de 1870, ocorreu, na Alemanha, a industrialização, fazendo com que trabalhadores de pequenas indústrias caseiras, sem condições de arcar com a concorrência das grandes empresas, fossem arruinando. Uma das saídas foi, então, engrossar as fileiras dos que buscavam melhores condições de vida na América.

Giralda Seyferth (1994, p. 12) afirma que

“a primeira colônia com alemães foi estabelecida na Bahia, porém, considerada fracasso devido ao clima tropical. Na verdade, a maioria dos autores e a própria população teuto-brasileira utilizaram, como marco inicial, a data de fundação de São Leopoldo, 25 de julho de 1824, para primeira colônia alemã do sul do Brasil”.

Por sinal, foi o Rio Grande do Sul que produziu a maior colonização oficial do país.

Dessa maneira, os primeiros contingentes de agricultores alemães chegaram às terras do sul do Brasil, precisamente, no Rio Grande do Sul. Adelar Heinsfeld (2001, p. 107) analisa que “os colonos alemães ocuparam as áreas que até então o latifúndio não tinha demonstrado interesse em ocupar [...]. A colonização alemã teve como linha norteadora a pequena propriedade agrícola”.

Essas propriedades eram consideradas fontes de atividade econômica, baseada na produção de alimentos. Os colonos garantiam a posse de terras e davam aos filhos a certeza da continuidade de suas atividades e tradições.

Conforme Adelar Heinsfeld (2001, p. 107),

“com o passar do tempo, em função do número de filhos, essa pequena propriedade foi sendo partilhada até chegar o momento em que se tornou economicamente inviável, não admitindo novas divisões. Por outro lado, a fronteira agrícola do Rio Grande do Sul havia atingido seu limite. Não havia mais terras disponíveis para continuar a expansão agrícola e com as colheitas cada vez menores, os colonos vêm-se obrigados a buscar ‘outras terras’, [...]”.

Segundo Toni Vidal Jochem (apud Nilson Thomé, 2004, p. 19), o governo Imperial iniciou sua política imigratória em Santa Catarina para fomentar a agricultura nacional e aumentar a densidade populacional do país. Dando sequência à política imigratória, enviou à província de Santa Catarina, 146 famílias alemãs num total de 523 pessoas embarcadas em Bremen no navio alemão ‘Joana Jokobs’ [...] Os primeiros imigrantes alemães, destinados a colonizar a província de Santa Catarina, apontaram, em Desterro, em Dois Bergantins, o ‘Luiza’ e o ‘Marquês de Viana’, em 1828, respectivamente a 7 e a 12 de novembro.

O primeiro trazia 276 imigrantes e o segundo 359 imigrantes, eram os primeiros 635 imigrantes a iniciar sua nova vida no solo catarinense. Enquanto o sargento mor de São José, Silvestre, José dos Passos, ultimava os preparativos para a localização dos imigrantes, o governo Provincial os hospedava nos quartéis da capital. [...] A vontade de pisar na ‘Terra prometida’ era grande, afinal, era toda a vida que deveria ser recomeçada”.

Assim, a primeira colônia alemã estabelecida em Santa Catarina foi a de São Pedro de Alcântara, em 1829. O nome dado era uma homenagem ao imperador. Conforme Nilson Thomé (2004, p. 23), “é desta forma que, por unanimidade, os historiadores catarinenses elegeram (e continuaram insistindo nessa afirmação) a colônia São Pedro de Alcântara como a pioneira na colonização alemã em Santa Catarina, a 10 de março de 1829”.

Mas o mesmo autor começa a questionar esse fato, dizendo que, em 06 de fevereiro de 1829, em Mafra, teria chegado a primeira colônia alemã 23 dias antes. Todavia, enquanto isso não for oficialmente comprovado, São Pedro de Alcântara continuará sendo o marco da colonização alemã em Santa Catarina.

Outras colônias foram surgindo, como Armação, Santa Isabel e Leopoldina. A colônia da Armação fracassou. Santa Isabel iniciou com 236 imigrantes, sendo que 3 anos depois já contava com mais 10.000 habitantes. No ano de 1869 essa colônia foi emancipada.

Leopoldina situa-se no alto Biguaçu, onde chegaram os primeiros imigrantes em 1853. Entretanto, um ano depois extinguiu-se. Nesse processo de colonização duas grandes colônias foram se expandindo, Dona Francisca (hoje Joinville) e Blumenau.

Os fenômenos sociais e culturais que os imigrantes tiveram que enfrentar foram complexos, pois muitas e muitas famílias migravam para Santa Catarina em busca de novas terras.

Italianos no Sul do Brasil

Para Eduardo Sganzerla (2001, p. 20) “diversos fatores desencadearam os movimentos migratórios de origem itálica [...] a unificação italiana e a lenta e parcial incorporação da península à procura e ao mercado capitalista pesaram sobre as condições de vida das populações rurais. A produção industrial italiana era incapaz de absorver os braços expulsos do campo. Os pequenos arrendatários do norte da Itália sofriam com o jugo dos altos aluguéis dos minifúndios, dos pesados impostos, dos rústicos métodos agrícolas, da baixa fertilidade da terra. O artesanato rural foi golpeado pela expansão da produção industrial. [...] Também eram comuns as doenças epidêmicas (cólera, malária, etc.) que se alastravam com rapidez à precariedade alimentar [...]. Era comum que os estábulos ficassem nos porões e o celeiro no sobrado das moradias”.

Outra doença que se abatia sobre a população era a chamada “pellagra”, doença que surgiu devido ao excesso de farinha de milho que comiam por não terem outros alimentos.

Analisando essa situação, compreende-se a esperança dessas pessoas em encontrar uma vida melhor ao optarem pela imigração, buscando a tão sonhada terra.

Eduardo Sganzerla (2001, p. 22) aponta que “ela redimensionava os papéis sociais, já que os imigrantes se tornaram uma espécie de signori de si mesmo [...]. A imigração não foi somente a solução para colonização das terras devolutas e para a falta de mão de obra nas lavouras cafeeiras, ela tornou-se fonte de enriquecimento para muitos particulares. Mais tarde, o governo passou a vender terras a particulares que as revendiam aos imigrantes, ganhando até quatro vezes mais do que investiam”. Foi perceptível a ocorrência de jogos de interesse nesse processo.

A colonização italiana do Rio Grande do Sul deu-se por imigrantes vindos do norte da Itália, a maioria deles embarcando no Porto de Gênova em navios. Ao se reportarem sobre a viagem, descendentes de imigrantes relatam o que seus avós diziam:

“Eram muitas pessoas que viajavam, a viagem durava, às vezes, 30 a 40 dias. Muitas pessoas passavam mal devido ao balanço do navio, mal comiam. Os que morriam eram jogados no mar”.

Assim, embalados por muitos sonhos, promessas, e o desejo de conseguir a posse da terra, os italianos vão chegando ao Rio Grande do Sul, em 1875, instalando-se na parte superior da encosta, situada entre os campos de Cima da Serra, ao norte, pois, ao sul, já estavam os alemães.

Como o imigrante alemão, o italiano também se deparou com os moradores nativos das áreas. Como esses colonos possuíam, oficialmente, a posse das terras e pagavam impostos, diziam ser os donos delas. Iniciaram-se, então, os conflitos entre os que aqui estavam e os colonizadores.

Com o passar do tempo não existiam mais lotes disponíveis para serem comprados, pois as terras do campo estavam ocupadas com fazendas de gado e porque os colonos achavam que as terras estavam enfraquecendo, não possuindo técnicas para recuperá-las.

Dessa forma, a sobrevivência foi ficando crítica, sendo uma das motivações da vinda dos colonos italianos para Santa Catarina em busca de terras novas, pois era forte a ideia de fazer fortuna neste novo espaço.

Alemães e Italianos no Meio-Oeste de Santa Catarina

A colonização foi um longo processo e trouxe muitos problemas. José Carlos Radin (2001, p. 151) lembra que “a partir da década de 1920 e, principalmente, na de 1930, surgiu um novo quadro socioeconômico provocado pela grande depressão, seja no exterior ou no Brasil. Diante disso, o governo brasileiro estabeleceu uma série de limitações à imigração internacional, como o controle mais rígido da entrada no país e a eliminação do programa de subsídios aos imigrantes”.

Dessa forma, as migrações internas foram ganhando adeptos, pois as terras novas em Santa Catarina estavam sendo vistas como possibilidade de acentuar o excedente populacional das colônias velhas do Rio Grande do Sul.

Contudo, a realidade encontrada pelos migrantes não era como o prometido. O poder público não se preocupou em oferecer as condições comprometidas e as colonizadoras venderam as terras ocupadas para os caboclos e os indígenas.

Os migrantes foram chegando com o intuito de colonizar, porém as autoridades não se preocuparam com a maneira que os fatos foram se desenvolvendo, gerando uma situação traumática para todos os envolvidos.

Conforme Adelar Heinsfeld (2001, p. 110), “para melhor administrar as terras recebidas como forma de pagamento, a companhia construtora,

a *Brasil Railway Companhia*, organizou uma empresa subsidiária, a *Brasil Development e Colonization Company*, que loteou e começou a vender essas terras aos colonos estrangeiros ou aos seus descendentes”.

Como as companhias colonizadoras na região do Vale do Rio do Peixe tinham a terra em suas mãos, adquiridas através da construção da ferrovia, em acordo firmado com o governo, passam a comercializá-las com os colonos, expulsando os índios e caboclos desses espaços. A estes, que não tinham como comprá-las, restava sair.

Os migrantes que aqui chegavam carregavam uma forte discriminação para com essas pessoas. Achavam que não queriam trabalhar. José Carlos Radin (2001, p. 155-156) diz que “[...] eles não eram muito dados ao trabalho, faziam aquelas rocinhas ali e pronto: plantavam e não cuidavam das lavouras, nem colhiam, deixavam os porcos se alimentarem da plantação [...]”.

É forte o preconceito. Muitas vezes ainda é possível deparar com citações parecidas, tornando evidente a discriminação para com os povos indígenas e caboclos.

Para os imigrantes era preciso desmatar, trabalhar a terra, porque o mato e a capoeira eram sinônimos de falta de vontade de trabalhar. Os que agiam diferente não eram civilizados. Explorar a força de trabalho dos caboclos até que aprendessem era natural para os migrantes, principalmente os italianos que viam, assim, aumentar a sorte para fazer fortuna.

Em relação ao meio-oeste catarinense, Adelar Heinsfeld (2001, p. 108-109) aponta que

“a colônia Rio do Peixe, atualmente município de Piratuba, foi uma das zonas pioneiras no processo colonizatório do interior de Santa Catarina [...]. Logo que se iniciou a construção da ferrovia, no território catarinense, no sentido norte-sul, o Conselho Municipal Camponovense autorizou o superintendente daquele município a dividir

em lotes coloniais o patrimônio territorial que possuía na bifurcação do Rio do Peixe com o Rio Uruguai e que preservasse uma área para construir uma povoação”.

As terras do Vale do Rio do Peixe eram conhecidas como terras férteis, de grande valor. Isso fez com que colonos italianos e alemães viessem para cá. Foi com a presença desses alemães e italianos que a atividade agrícola, até então voltada para a produção do necessário para viver, começa a produzir excedentes que seriam escoados pela ferrovia em direção ao centro consumidor do país.

Podemos perceber como foi importante para o desenvolvimento da região a construção da estrada de ferro. Esta veio trazer benefícios aos colonos, que podiam vender seus produtos. Entretanto, ajudou os que chegaram, mas prejudicou a vida dos que aqui estavam, fazendo com que abandonassem o espaço e peregrinassem em busca de outro lugar.

Essa trajetória foi muito dolorosa, deixando uma dívida aos explorados que jamais poderá ser paga.

Formação de Ipira

A colonização de Ipira é uma das mais antigas do Vale do Rio do Peixe. Em 1890 chegaram ao local de Estêves Júnior colonos vindos de São Borja e Vacaria-RS, como João Borges Ferreira, Manoel Laurindo Ribeiro e outros. Pouco mais tarde chegaram José Baldissera, Cesário Raizel, Daniel Lote e Arcângelo Perucça, também em Estêves Júnior.

No ano de 1909 vieram de Montenegro-RS, Manoel de Oliveira, que se instalou às margens do Rio do Peixe, hoje Linha Oliveira, daí a origem do nome da comunidade e, Joaquim Pinto Matheus, que fixou residência em Linha dos Pintos, o qual também deu origem ao nome da comunidade, hoje denominada Linha dos Pintos. Já Antunes de Sá instalou-se na cabeceira do Arroio Capela, hoje, Capelinha.

Aquela época foi marcada por grandes dificuldades. Para conseguir o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, os moradores se deslocavam até Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, com tropas de burros e cavalos, levando em média 14 dias de viagem entre a ida e a volta, para fazerem as trocas de mercadorias.

Em 1910 chegava ao vale do Rio do Peixe o pessoal da construção da estrada de ferro, instalando-se em um pequeno rancho. Nesse mesmo ano foram colocados os primeiros trilhos para a estrada de ferro e, no final do ano de 1911, o primeiro trem passou sobre estes trilhos.

A sede de Ipira teve como pioneiro Antônio Ko Freitag que, em 1913, adquiriu uma gleba (terras cultiváveis) da Companhia da Estrada de Ferro – São Paulo/Rio Grande do Sul. Essas terras foram vendidas aos colonos que chegaram de Monte Negro, Rio Grande do Sul, fundando, assim, a “Colônia Rio do Peixe”.

Entre 1915 a 1917 chegaram a Ipira, vindos do Rio Grande do Sul, mais moradores. João Leopoldo Klein se estabeleceu com uma pequena casa de gêneros no lugar demarcado para sede. Ele assume o cargo de venda de terras de seu sogro para os colonos que aqui se instalavam.

Juntamente chegaram Carlos Bartz, Paulo Rossdeustcher, João Althaus, Francisco Siepmann, Pedro Arndt, João Baptista Riffel, Frederico Burghausen, Leopoldo Eintelwin, Bertholdo Müller, Emílio Freitag, Carlos Kirst, Albino Herzer, Cristiano Weber, Edmundo Wolfart, Jacob Hoppen, Otto Riffel, Edmundo Matzenbacher.

No ano de 1920, aconteceu a inauguração da primeira Escola de Ipira, onde também funcionava a Igreja. Seu Edgar Wolfart (20.09.2003), sempre muito interessado pela história de Ipira, nos relatou:

“Os colonizadores trouxeram em suas bagagens valores, costumes e aqui foram aos poucos colocando na prática. A educação e a religião eram indispensáveis, precisava de um local. Unidos construíram uma casa de madeira, que serviu de Escola e Igreja”.

Figura 23 – Primeira Escola de Ipira, onde também funcionava a Igreja – 1920.



Acervo particular de Edgar Wolfart.

É imprescindível destacarmos que, das quatro etnias que colonizaram Ipira, as primeiras foram as etnias indígena e cabocla, depois vieram os alemães e os italianos.

Surgimento das Comunidades de Ipira

No processo da colonização de Ipira destaca-se a formação das comunidades, muito embora não seja tarefa fácil identificar como elas foram surgindo. Ipira caracterizou-se pela colonização mista, com elementos indígenas, caboclos, alemães e italianos, inseridos em diferentes épocas.

Por meio das fontes orais fomos recolhendo dados que contribuíram com nossa pesquisa de recuperação dessa memória. Ipira tem 19 comunidades, que são as seguintes:

- Linha Filadélfia
- Linha Mambuca
- Linha Capelinha
- Linha dos Pintos
- Linha Alto São Pedro.
- Linha Boa Esperança
- Linha Santana
- Linha São Luiz
- Linha Putinga
- Linha Lambedor
- Linha Nilo Peçanha
- Linha Gramado
- Linha Oliveira
- Linha Península
- Linha Marcola
- Linha Floresta
- Linha Ferraz
- Linha Pinheiro
- Linha Estêves Júnior

Estas foram colonizadas por caboclos, alemães e italianos, sendo que cada uma, ao ser colonizada, recebeu um nome. Mas é preciso esclarecer que não foi possível obter com clareza dados sobre algumas comunidades. Será necessário que, futuramente, sejam retomadas as pesquisas para complementar melhor nosso estudo.

Etnia Alemã

Linha Filadélfia: essa comunidade surgiu mais ou menos no ano de 1919, tendo como primeiros moradores Gust Grossklaus, Germano Hup, Julius Riger, Otto Friedrich, George Friedrich.

Em 1922 foram iniciados os primeiros contatos para fundar a comunidade evangélica, pois esta já contava com 19 famílias alemãs. Destas, mais da metade eram católicas. Porém, aderiram à comunidade evangélica que estava dando os primeiros passos. Assim, em 1924, foi fundada a comunidade evangélica com a vinda do pastor Hannemann.

Segundo relato de Carlito Hermann (*in memoriam*), “a comunidade recebeu da empresa colonizadora terras para construir a igreja, a escola, a casa do professor e o cemitério”.

Isso contribuiu para que tudo fosse se concretizando. Na década de 1960 vieram migrantes de origem italiana. O nome da comunidade de Filadélfia originou-se de um senhor que constantemente passava na comunidade pedindo comida nas casas, sesteava aos redores, e seu nome era Philadelphio.

Linha Mambuca: surgiu na década de 1930. Os primeiros moradores foram Luis Barth, Gustavo Zimmermann, Alberto Shul, Frederico Lamp.

O nome da comunidade originou-se porque existiam espécies de abelhas que faziam ninhos dentro da terra. Era a abelha cumbuca, daí Mambuca.

Linha Capelinha: surgiu na década de 1920. Os primeiros moradores foram Francisco Siepmann, Leopoldo Eintelwin, Pedro Arndt, Frederico Burghausen.

Esta foi a primeira comunidade a receber uma denominação/nome. Segundo o que os primeiros colonizadores diziam, era porque próximo ao cemitério da comunidade existia uma pequena capela feita de capim.

Linha dos Pintos: surgiu na década de 1910. Os primeiros moradores foram Carlos Bartz, (doador do terreno e casa para a escola e casa do professor), Carlos Kirst, João Althaus, Paulo Rossdeutcher, Emílio Gauer, Olívio Thomas, Reinoldo Scroeder, Etelvino Schmitt, Emilio Schäffer (primeiro professor, ensinava a língua alemã), Leopoldo Krug, Alfredo Weber, Edmundo Schroeder.

O nome originou-se do Sr. Joaquim Pinto Matheus, migrante vindo do Rio Grande do Sul.

Etnia Italiana

Linha Alto São Pedro: surgiu no ano de 1918 e teve como primeiro morador o Sr. Pedro Zanella. Depois vieram famílias Dalcortivo e Wolf. Nessa comunidade, os pais de Lírio Wolf, no ano de 1946, fundaram uma loja que está funcionando ainda hoje, administrada pelo Sr. Lírio.

O nome da comunidade tem duas versões: uma refere-se ao primeiro morador, que se chamava Pedro, e a outra diz que foi escolhido pela religião católica o nome de um santo.

A vida dos primeiros moradores era muito árdua. Sobre uma viagem ao Rio Grande do Sul, em 1941, assim disse Sr. Lírio Wolf, 68 anos (15.10.2003):

“Para fazer esta viagem nós saímos daqui de carroça de burros até Piratuba, para pegar o trem. Fomos de trem até Marcelino Ramos e de lá para frente tinha ônibus. Foi uma viagem longa”.

Linha Boa Esperança: surgiu mais ou menos no ano de 1911, quando Domingos Santin chegou com a família, sendo este o primeiro morador. Depois vieram as famílias Maróstica, Cequim - Cechin, Zanella.

O nome da comunidade foi dado pelos moradores da época, pois eles tinham muita esperança de que no lugar melhorariam suas vidas. D. Elza Galvan Machado, 71 anos, professora aposentada, neta do Sr. Domingos, assim descreveu (20/09/04):

“Esta comunidade viveu épocas de grande fartura. Aqui tinha imensos parreirais de uva, muito vinho. Grandes açudes de peixe. Muitas frutas, principalmente o marmelo e figo, com as quais era feita a marmelada”.

Linha Santana: a comunidade surgiu em 1937, tendo como primeiros moradores Ângelo Casagrande, Luiz Casagrande e Vicente Lugarini. O nome da comunidade origina-se da religião, de nome de santa, Santa Ana.

Mais tarde separam Linha Santana com Linha Santana Alta.

Linha Floresta: surgiu na década de 1920 e teve como primeiros moradores Antônio Ferrari e Carlos Ferrari. O nome originou-se do fato de que esta foi uma das últimas áreas do município a ser desmatada.

Linha Gramado: foi colonizada entre os anos de 1900 a 1910, tendo com primeiros moradores Daniel Lotte, Sezario Raizer, Primo Ferri, Arcangelo Perusso. O nome originou-se de grandes extensões de um tipo de grama, daí gramado.

Etnias Italiana e Cabocla

Linha São Luiz: surgiu na década de 1930, tendo como primeiros moradores Basílio Dambroz, Santo Ferri, Luiz Ferri, João Baldissera, João Marsaro, José Peribianca, Jovenal Costa, Arnesto Vieira, André Tomalaski. A origem do nome é uma homenagem a São Luiz.

Linha Putinga: essa comunidade surgiu mais ou menos na década de 1920, tendo como primeiros moradores alguns caboclos.

Figura 24 – Caboclo morador de Linha Putinga.



Acervo particular do Pastor Friedrich Wilhelm Distler, que morou em Linha Filadélfia - Ipira.
A foto nos foi repassada pela professora Cleutilde Marilei Fries.

Depois veio o Sr. José Cavasin com sua família. Anos depois vieram Pedro e Luisa Cavasin, Balduino Lamp, Santo Dal Bello, Fiorendo Veronez.

A origem do nome deve-se a um tipo de taquarinha que havia em grande quantidade na área, conhecida pelo nome de Putinga que, em italiano, é chamada de Canelin.

Linha Lambedor: surgiu na década de 1930, tendo como primeiros moradores Antônio Rosa, João Rosa, Geraldo Siqueira, Teobaldo Kerber e Roberto Kerber, Lécio Cequin, Cristiano Zen, Ângelo Lazarotto. Anos depois vieram Custódio Rosa e Miguel Correia.

Primeiramente recebeu o nome de Linha das Antas e, depois, de Lambedor, porque existiam as antas que lambiam as lajes salobre no riacho.

Linha Ferraz: surgiu na década de 1950, tendo como primeiros moradores a família Ferraz. Depois vieram Ernesto Chequin, Otávio José Toledo, Onória da Costa, Rodolfo Paissa, Norberto Frank.

A origem do nome deriva do sobrenome do primeiro morador.

Linha Nilo Peçanha: nessa comunidade somente conseguimos apurar informações a respeito da origem do nome, que foi uma homenagem ao Presidente da República, Nilo Peçanha.

Linha Península: esse local forma uma península com o Rio do Peixe.

Linha Pinheiro: existiam muitos pinheiros e localiza-se próximo à Barra do Pinheiro, onde as pessoas usavam a balsa para travessia do Rio do Peixe.

Linha Oliveira: nome origina-se do morador que veio do Rio Grande do Sul, Manoel de Oliveira.

Linha Marcola: nome deriva da primeira moradora Elvira Marcola.

Linha Estêves Júnior: nome teve origem no engenheiro construtor da ponte no Uruguai, Dr. Estêves Júnior.

Emancipação política

No documento “Cinquentenário de Joaçaba” constam alguns dados importantes a respeito do processo de emancipação política de Ipira.

Em 02 de janeiro de 1919, por lei municipal nº 15, de Cruzeiro, era criado o Distrito de Bela Vista (atual Estêves Júnior – Ipira), daí porque Ipira pertenceu a Cruzeiro, hoje Joaçaba.

O Distrito foi instalado em 25 de janeiro de 1919, com terras do Distrito de Limeira, na época, um pequeno povoado, considerado sede provisória do município de Cruzeiro.

Segundo Nilson Thomé (2002, p. 133), “a 8 de março de 1926, o povoado de Limeira foi elevado à condição de vila e passou a ser sede do Município de Cruzeiro [...] A 24 de setembro de 1928, a Vila de Limeira passou a chamar-se Cruzeiro do Sul, [...] sendo que somente dez anos mais tarde, a 3 de março de 1938, a vila teve o nome simplificado para Cruzeiro.”

O Distrito de Ipira foi criado a 07 de janeiro de 1924, pela lei municipal nº 61, e desmembrado do Distrito de Abelardo Luz (hoje Ouro). Sua instalação deu-se em 09 de janeiro do mesmo ano.

O primeiro intendente (subprefeito) foi Otto Henrique Riffel. Em 1934, quando da criação do município de Concórdia, os Distritos passaram para esse município e, em 1938, o Distrito de Ipira foi anexado ao município de Campos Novos, sendo, nessa época, elevado à categoria de vila, em 31 de março de 1938.

Com a criação do município de Piratuba, em 18 de fevereiro de 1949, Ipira passou a fazer parte integrante da cidade, como Subdistrito, enquanto Estêves Júnior pertencia ao município, como Distrito.

Em 1961 foi extinto o Distrito de Estêves Júnior, com suas terras sendo divididas entre o recém-criado distrito de Peritiba e o de Ipira.

Já em 1962 cogitava-se a criação dos municípios de Peritiba e de Ipira. Descontentes com a situação, alguns ipirenses, entre eles Ermo Max Ritter, organizaram um movimento para que Ipira passasse a ser município.

Pela lei nº 888, de 14 de junho de 1963, foi criado o município de Ipira, que foi instalado solenemente em 15 de agosto do mesmo ano, passando da categoria de vila para cidade. O primeiro prefeito de Ipira, em 1963, foi Hugo Arthur Roesler (UDN), nomeado pelo então governador Celso Ramos.

Em 06 de outubro desse mesmo ano realizou-se a primeira eleição para Prefeitura de Ipira, sendo eleitos Otávio Matzembacher (UDN), prefeito, e Bruno Knebel (UDN), vice-prefeito.

A legislatura municipal de 1963 a 1967 era composta por Bruno Knebel (Presidente), Edgar Wolfart, Carlos Kappes Filho, Beno Valdir Ritter, Rudy Knebel, Benno Fries e Otto Pedro Nonemacker. Entre 17 de agosto de 1967 a 31 de janeiro de 1969, o prefeito Otávio foi substituído por Bruno Knebel, presidente da Câmara.

Na gestão de 1969 a 1973 foi eleito para prefeito Hugo Arthur Roesler (ARENA), tendo como vice Raymundo Hoppen (ARENA). A Câmara de Vereadores era composta por Presidente Nilo Fries, Vice-Presidente Osvino Zimmermann, Secretário Edgar Wolfart, além de Benno Fries, Ricieri Tasca, José Ziliotto e Antero Martinazzo.

Para a gestão de 1973 a 1977 foi eleito para prefeito de Ipira Wando Alcido Korb (MDB), tendo como vice Raimundo Hepp (MDB). Já a Câmara de Vereadores era composta por Alcido Schrank, Francisco Ferrari, Leopoldo Hugo Kirst, Rudy Fries, José de Oliveira, João F. Vieira e Julio Alcido Mossmann.

Já para a gestão de 1977 a 1982 foi eleito para prefeito Fioravante Kaster (MDB), tendo assim seu primeiro mandato, e o vice-prefeito Alcido Schranck (MDB). A Câmara de Vereadores era composta por Rosalino Baretta, Ermindo Kleemann, Abílio Omar Koch, Júlio Alcídio Mossmann, Benno Fries e Edgar Wolfart.

A gestão de 1983 a 1988 foi do prefeito Alfredo Anibaldo Riffel (metade pelo partido PDS e outra metade pelo partido PFL), em um mandato de 6 anos. Seu vice foi Mário Norberto Ackermann (PDS) e a Câmara de Vereadores composta por Ênio Wolf, José Garcia da Silva, José Strauss, Abílio Omar Koch, Erno Max Ritter, Raul Matzenbacher e Bento Alcides Delfino.

Fioravante Kaster (PDS) voltou a ser prefeito de Ipira na gestão 1989 a 1992, tendo como vice-prefeito Fioravante Stockmann (PFL). A Câmara de Vereadores era composta por Adelir Mauri Schmidt, Avelino Lazarotto, Eduardo Pedro de Mello, Ermindo Kleemann, Ernoi João

Knebel, Osmar Celso Rese, Ladi Starck Baretta (tornando-se a primeira mulher Ipirense eleita para exercer um cargo político) Lauri Raimundo Kaiser e Helvino Franke.

Entre 1993 a 1996 foi eleito prefeito Vilmar Comasseto (PDT), tendo como vice Osvaldo Eugênio Alf (PRN). A Câmara de Vereadores composta por Adelir Mauri Schmitdt, Elizeu Raizer, Eduardo Pedro de Mello, Valdir Antônio Griebeller, Ernesto Meine, Lírio Wolf, Flávio Bittencourt Machado, Ampelio Cechin e Osmar Lovison.

Na gestão 1997 a 2000 é eleito prefeito Valdir Antônio Griebeler (PDT), tendo como vice Ermoi Knebel (PPB). A Câmara de Vereadores era composta por Arlete Huf, Isali Augsten, Jaci Garcia Machado Schneider, Raul Stockmann, Eduardo Pedro de Mello, Nilvo Longo, Roque de Simas, Reneu Broetto e Osmar Lovison.

Entre 2001 a 2004 foi eleito prefeito Roque de Simas (PPS), tendo como vice-prefeito Eduardo Pedro de Mello (PMDB). A Câmara de Vereadores composta por Marilei Stockmann Knebel, Jaci Garcia Machado Schneider, Rosângela Kleemann Borsatti, Ari Arno Koch, João Batista Teixeira, Neocir Rogério de César, Auri Darci Schmidt, Verissimo de Abreu e Carlos Alberto Engelmann.

Nas eleições ocorridas 03 de outubro de 2004 foi eleito prefeito de Ipira Francisco Maximino Machado de Aguiar (PT) e vice-prefeita Marilei Stockmann Knebel (PP). Como vereadores Adilson Schwingel (PMDB), Auri Schmidt (PMDB), Neocir Rogério de César (PP), Ari Koch (PFL), Lamir de Mello (PDT), Arlete Terezinha Huf (PP), Cristina Teixeira (PDT), Veríssimo de Abreu (PT) e Rogério Spohr (PT).

Aspectos econômicos de Ipira

É necessário esclarecer como a economia no município de Ipira foi se desenvolvendo.

As pessoas vindas do Rio Grande do Sul em busca de melhores condições de vida tiveram inicialmente como atividades principais de subsistência o plantio de mandioca, da cana-de-açúcar e de grãos.

Aos poucos foram sendo construídos os alambiques para fabricar a cachaça e os engenhos de cana-de-açúcar para fabricar o açúcar. Foram construídas também as tafonas para produção da farinha de mandioca, sendo que muitos a fabricavam para o consumo e para vender.

Novos imigrantes foram chegando à região e introduzem a pecuária e a criação de porcos para a obtenção da carne e da banha. Mas entre eles tinham os que, além de criar para o consumo, comercializavam com empresas que, na época, se localizavam em São Paulo, entre elas, a famosa empresa Matarazzo.

No Vale do Rio do Peixe existia um frigorífico de grande importância para o desenvolvimento da economia de Ipira. Em entrevista com Sr. Norberto Lüersen (21.09.2004) apuramos dados que fazem parte da história desse frigorífico, visto que ele foi um dos sócios desse empreendimento que teve grande influência na economia do município.

Essa firma, Freitag Assmann e Cia Ltda, foi fundada em 1963, tendo como sócios Pedro Emílio Assmann, J. Pacheco, Leopoldo Freitag, Artur Nadal, Oscar Edmundo Freitag, Hans A. Seckelmann, João Leopoldo Klein, Arnildo Otto Ko Freitag e Adolfo Heinz, com objetivo de explorar a industrialização do suíno. Em função disso, naquela época, a administração do frigorífico incentivou a criação de suínos nas redondezas do antigo Rio do Peixe (hoje Piratuba) e em outros municípios.

Com o frigorífico funcionando, os produtos fabricados foram tendo aceitação e, com isso, a firma foi se desenvolvendo. Segundo Adelar Heinsfeld (2001, p. 123) o “[...] frigorífico (Freitag, Assmann e Cia

Ltda abatia 20 mil suínos por ano, média elevada para a época), [...]”. Percebe-se, então, que a criação de suínos foi de grande importância para a economia do município de Ipira.

Em 17 de agosto de 1938 foi fundada a firma Armazém Ipira Ltda, sendo que a localidade, nesse mesmo ano, passava a pertencer a Campos Novos, desmembrando-se de Concórdia.

Essa firma trabalhava com ramo de comércio em geral, com compra e exportação de produtos coloniais. Os sócios fundadores foram Pedro Emílio Assmann, Leopoldo Ko Freitag, João Leopoldo Klein e Hans Adolfo Seckelmann. Assim, surgia uma loja de ferragens, bebidas, louças, fazendas e demais artigos próprios do ramo.

Em 1943, Pedro Emilio Assmann transferiu sua residência para São Paulo, retirando-se das firmas. Foi então que os demais sócios fizeram a fusão das duas empresas. Aceitaram novos sócios, gerando a firma Industrial e Mercantil Ipira Ltda, na data de 11.02.1943, que manteve o mesmo ramo de negócios (produtos suínos, comércio em geral, compra e exportação de produtos coloniais).

No ano de 1945 houve outra alteração na firma, que passou a ser sociedade anônima. A diretoria era composta por Leopoldo Ko Freitag, Hans A. Seckelmann e Arnildo Otto Ko Freitag. Os mercados consumidores dos produtos dessa firma eram São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina.

Nos anos de 1948 e 1949 abateu-se sobre o Estado de Santa Catarina a danosa peste suína. A criação foi reduzida e somente depois de controlada a peste é que os criadores de suínos tiveram que retomar a produção. Por meio do frigorífico foi possível conseguir vacinas dos laboratórios da Rhodia, de São Paulo, que ajudaram na imunização do rebanho suíno.

Em 1972, a firma passa a ter outros sócios - Norberto Lüersen e Bruno Lüersen. Segundo Sr. Norberto, “eu e meu tio fizemos o remate oficial,

pois a firma foi a leilão. Como ninguém ofereceu mais, ficamos com ele. Hoje ainda tenho uma parte das construções em meu nome”.

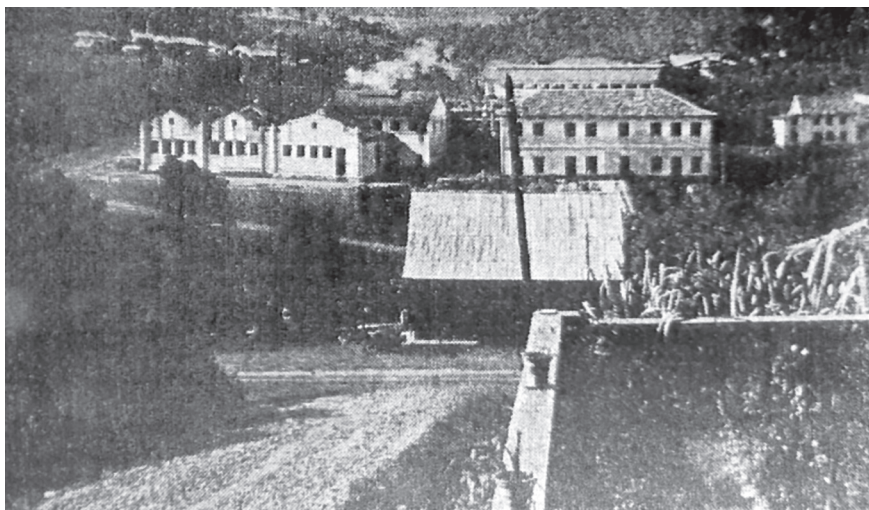
Ao falar sobre a firma, Sr. Norberto destacou como foi importante esse empreendimento para o desenvolvimento da região, na época. Todavia, ele assinalou que foram muitas dificuldades enfrentadas, o que contribuiu para que, aos poucos, viesse a falência.

“Esta indústria, como já disse, foi de grande importância para o Vale do Rio do Peixe (hoje Piratuba) e para Ipira. Eram abatidos por dia, em média, 200 suínos e alguns gados para serem misturados às carnes. Ali eram fabricados embutidos, salame, mortadela, carne salgada, copa e outros. Esses produtos eram transportados pelo trem, pois era o único meio de transporte. Eram dias de viagem, dias quentes e, muitas vezes, ao chegar no destino, estavam estragados, então eram devolvidos. Ao chegarem aqui eram levados para a internada, onde era tratado o gado”.

Norberto Lüersen falou ainda sobre grande quantidade de porcos que chegavam ao frigorífico. Na época da safra reuniam até 5.000 mil porcos. Como não tinha lugar para todos nos chiqueiros, ficavam soltos no potreiro, aguardando o abate.

Segundo ele, os porcos vinham tocados até na balsa e trazidos até o frigorífico. Os porcos eram trazidos do interior de Ipira, Piratuba, Dois Irmãos (hoje Presidente Castelo Branco), Marcelino Ramos, enfim, muitos outros lugares, confirmando, assim, o tropeirismo de porcos no município de Ipira e Piratuba.

Figura 25 – Frigorífico na época



Acervo particular de Cláudio Rogge (Piratuba)

Figura 26 – Frigorífico hoje. Desativado



Acervo particular de Cláudio Rogge (Piratuba)

Na localidade de Estêves Júnior - Ipira existia uma casa/loja onde eram comercializados vários produtos para os tropeiros. Essa loja pertencia a João Borges Ferreira, pai das irmãs D. Adelina, 68 anos, e D. Furtunata Borges Ferreira, 95 anos. Nos relatos que nos fizeram, elas contaram (12.07.2004):

D. Adelina:

“Nosso pai tinha 25 cargueiros (cavalos). Ele ia uma vez por semana em Cacique Doble abastecer com farinha de trigo, charque e outros produtos. O cunhado dele ia na frente, era o madrinheiro. Estes produtos eram comercializados com os tropeiros. Nós vendia o açúcar amarelo que era fabricado na nossa casa em troca da erva-mate”.

D. Fortunata nos relatou:

“Mesmo sendo pobre, nós sempre tinha alguma coisa pra oferecer. Quando as tropas chegava, nem que fosse um poso, nosso pai sempre pedia pra gente ser iducada”.

Perguntamos sobre a criação de porcos e elas disseram que ali existia muitos criadores, que os levavam até a balsa em Piratuba para irem de trem até São Paulo.

Percebe-se, assim, que o comércio da localidade teve seus tempos de boas negociações. Hoje é um local quase despovoado, com poucas famílias morando ali.

Tropeirismo

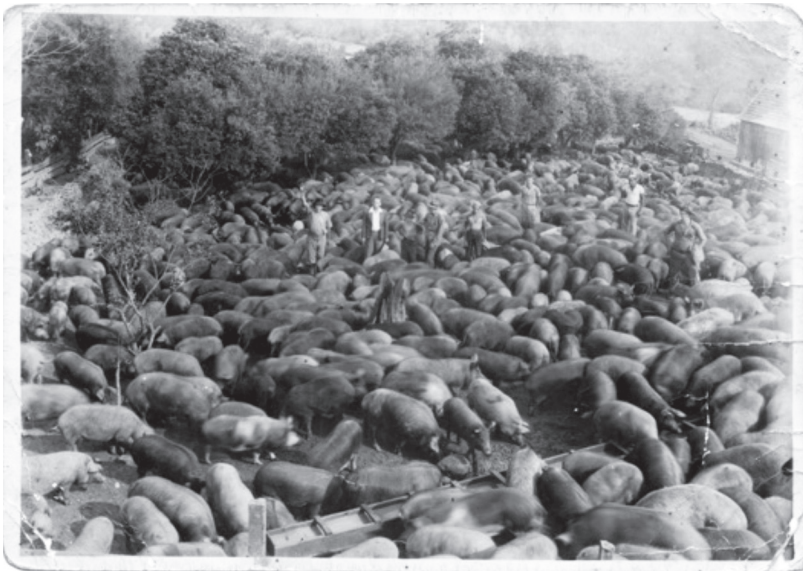
Em Zonalta - Piratuba chamavam de alto picadão o caminho que as tropas passavam. Em Ipira também existiu o trajeto percorrido por tropas de porcos para serem levados até o frigorífico de Piratuba. Esse transporte dos porcos para o frigorífico ocorria ainda em outros municípios da região, muitas vezes chegando a fazer até 40 km.

Dr. Hugo Nicollau Riffel, ao recordar como os porcos eram transportados até o frigorífico, disse (30.06.2004):

“Nosso pai contava que os porcos eram reunidos em tropa, alguns homens ‘Troveiros’ iam na frente, às vezes, jogavam grãos de milho para chamar os porcos. Caso algum se machucasse, ou se ferisse, atrás ia uma carroça que recolhia o animal, era uma espécie de ambulância”. [...] E meu primeiro emprego por incrível que pareça foi jogar milho aos porcos para eles subirem na balsa e serem levados aos frigoríficos”.

Em uma visita à casa do Sr. Getúlio Morh (04.07.2004), mostramos uma foto que ele havia nos cedido que continha muitos porcos reunidos. Para nossa satisfação, era uma foto do nosso município. Ele contou que “como na época não haviam veículos motorizados para realizar o transporte dos porcos, esses eram trazidos até a sede de carroça e dali tocados em grandes grupos até o Rio do Peixe, onde a travessia era feita de balsa, para então serem abatidos no frigorífico.”

Figura 27 – Porcos reunidos na mangueira, aguardando para serem levados na balsa



Acervo particular de Getúlio Morh

Registra-se, então, que Ipira adquiriu, com essa comercialização, um potencial que foi tornando-a independente, beneficiando-se de sua própria economia.

Para melhor compreensão sobre o que seria o tropeirismo, é necessário fazer uma releitura histórica e tentarmos compreender o que isso representou para a nossa história local. Toda a demanda em torno da especulação do tropeirismo advém do posterior abastecimento urbano em São Paulo, em função da industrialização. Era necessário importar alimentos para as pessoas que ali trabalhavam, principalmente a carne.

No Rio Grande do Sul foram descobertos grandes rebanhos de gado xucro, criados soltos, no campo. Os paulistas começaram a empreender o transporte desse gado para a região para serem abatidos e alimentarem os trabalhadores das minas e cafezais.

Para que esse gado pudesse ser transportado, no ano de 1728 abriu-se uma estrada ligando Viamão (Rio Grande do Sul) a São Paulo, passando pelos campos de Lages. Esse caminho foi utilizado durante anos. No seu trajeto se formavam muitas fazendas e vilas, sendo essas iniciadas nos locais de pousos que, ao longo da estrada, achavam-se espalhados.

Surgiram, assim, as cidades de Curitiba, Campos Novos, Lages e São Joaquim. Em 1820, Lages foi incorporada ao território catarinense, antes pertencente a São Paulo. Assim, os tropeiros passaram a pagar impostos sobre o gado em trânsito, o que tornou o custo da carne mais alto.

Com o desenvolvimento da pecuária, um preconceito muito grande ergueu-se sobre a agricultura. As pessoas passaram a preferir o trabalho de peão ou tropeiro do que suportar o cabo da enxada ou do arado.

No ano de 1845, devido à necessidade, um novo caminho ligando Palmas às Missões, no Rio Grande do Sul, foi aberto. O novo caminho tinha a grande vantagem de permitir o transporte de gado, sem necessitar parar para engorda ou descaso, coisa que antes era preciso fazer para evitar a venda de gado magro e cansado. Além disso, era uma região rica em ervais, um grande atrativo para o crescimento da indústria ervateira.

Os pousos ao longo dessa nova estrada transformaram-se em pontos de povoamento e o contingente populacional da época era formado basicamente por caboclos. A atividade principal era a coleta da erva e o plantio de pequenas roças para produção de seus alimentos, além do alimento dos índios separados de seus grupos e arredios à presença de brancos.

A nova estrada, partindo dos Campos de Palmas em direção ao oeste tinha um porquê. Conforme Jaci Poli (1991, p. 80), “além de ser uma forma de demonstrar o acabamento do território, o caminho tinha como objetivo fundamental conseguir atingir a região de Corrientes – Argentina, produtora de muares, cuja utilização facilitaria o transporte para os cafezais paulistas, onde estes animais eram essenciais ao transporte”.

Na análise de toda essa trajetória percebe-se como a questão do tropeirismo foi fundamental para o desenvolvimento e o surgimento de muitas cidades. É preciso também ressaltar que a erva-mate coletada era vendida para a Argentina que buscava esse produto. Porém, essa penetração preocupava o governo brasileiro, principalmente em função da questão de limites, o que não estava bem definido.

Entretanto, a construção da estrada de ferro trazia esperanças de povoamento e ocupação, o que determinou que o território fosse incorporado definitivamente ao Brasil.

Ressaltamos que a fase da pecuária surgiu com a formação das fazendas e a abertura dos caminhos, o que fez com que promovesse a aproximação da região, bem como a penetração populacional, permitindo a preservação do território brasileiro.

Maurício Vinhas de Queiroz (1981, p. 38), afirma que “em princípio do século XX, trilhas de burros cruzavam em todos os sentidos o território de Serra-Acima, estreitando-o numa rede de picados e atalhos. Além das mulas carregadas pelos caminhos, seguiam por vezes boiadas, grupos de cavalheiros em viagem, varas de porcos, magotes de pessoas a pé. Toda a vida econômica e social da área centralizava-se em determinadas vilas

que cresciam passo a passo com o movimento comercial e a influência de gente e que compreendiam, quer alguns arraiais prósperos, quer umas poucas cidades que continham dezenas de milhares de habitantes e uma tradição já secular”.

Sobre o tropeirismo é preciso que fique claro alguns termos para que a compreensão aconteça da melhor forma possível. O termo tropa significa, conjunto de muitas pessoas agrupadas, multidão, caravana de animais equinos, especialmente os de carga.

O termo tropear, conduzir gado solto, era um modo de vida, uma atividade econômica, antes de tudo um ganha pão para os que se envolviam. Os tropeiros eram grupos de homens transportando regulamente manadas de gado vacum, cavalgar ou muar, os muares eram os preferidos.

Conforme Jaci Poli (1991, p. 87), “a mula, resultado do cruzamento do jumento com a égua, pela grande resistência, era o animal preferido, quer para montaria, quer para transporte de cargueiro”.

Homero da Costa Araújo (2003, p. 15) diz que “a mula tornou-se um negócio bastante rendoso e revolucionou o sistema de transporte de cargas na América espanhola, pois não havia animal mais adequado para atender a esta necessidade nos montanhosos terrenos, [...]. O comércio de muares fez nascer o tropeiro na América, [...].

A origem dessa atividade deu-se entre os colonizadores da Espanha e Portugal. Para que pudesse ser desenvolvida era preciso contar com muitas pessoas, entre eles, o tropeiro, pois ele era o dono do negócio. Às vezes, ele não era o único dono. Entretanto era ele que empregava o capital nesta atividade, comandava a transação e a viagem, chefiava e decidia.

Juntamente com o tropeiro tinham o capataz, os peões ou assalariados. Caso o chefe faltasse, o capataz contratava, fazia o papel do chefe tropeiro. Cada tropeada representava grande esforço para todos que com ela se envolviam. Mas o trabalho mais pesado era feito pela peonada, eram muitas as atividades por eles desenvolvidas, como a de conservação e da andadura das manadas”.

As noites de pouso eram difíceis. Devido aos terrenos que muitas vezes não permitiam a armação das barracas dormiam ao relento. O travesseiro era o lombilho, a cama era o chão duro, apenas formado de ervas. A alimentação era mal cozida, feijão de caldeirão, o velho churrasco e o mate chimarrão não faltavam, assim era de dia e de noite.

Para os andantes das tropas, uma ameaça era constante, animais selvagens e mordidas de cobras causavam a morte de muitos animais. Alguns animais morriam nas tempestades, vítimas de raios. Seguidamente, aconteciam assaltos a tropeiros nas estradas.

Assim se resumia a vida dos tropeiros, responsáveis pelo surgimento de vilas e pelo desenvolvimento de muitas cidades.

Manifestações culturais em Ipira

A palavra cultura abrange uma grande esfera dentro de uma sociedade, porque ela se faz presente no dia a dia das pessoas. Todavia, não poderíamos deixar de mencionar a riqueza cultural que se faz presente na vida dos ipirenses, principalmente por conta da forte influência de descendentes alemães na região.

Na sequência está a descrição de uma das maiores festas da etnia alemã – o Kerb – no município de Ipira.

Histórico sobre o Kerb

Telmo Lauro Muller (1978, p. 11) afirma que “o Kerb foi introduzido no Rio Grande do Sul pelos imigrantes alemães que chegaram a Dois Irmãos, no dia de São Miguel – 29 de Setembro de 1829”.

Conforme relatos, depois de muitas peripécias, o veleiro no qual viajavam os imigrantes alemães com destino ao Brasil esteve por muitos dias a ponto de naufragar, tão terrível era a tempestade enfrentada. Reinava a intranquilidade, mas, apesar de tudo, havia esperança de que tudo passasse. De repente, a tempestade passou. O comandante do veleiro e seus marujos resolveram fugir, abandonando seus passageiros, usando para isso os poucos botes salva-vidas que possuíam.

Ficaram os imigrantes, ao sabor das ondas, sem comandante e sem destino. Três longas e terríveis semanas se passaram, com os gêneros alimentícios praticamente no fim. De joelhos, olhos voltados ao céu, passaram horas orando em voz alta. Em meio àquela incerteza fizeram uma promessa: “Se um dia pudermos chegar sãos e salvos ao Brasil, tornaremos aquele dia festivo.”

Depois de dias entregando a Deus o seu destino, viram no horizonte um navio de bandeira inglesa. Esse os rebocou para Plymouth, na Inglaterra. Ficaram 2 anos e meio na Inglaterra, mas um dia resolveram atender a um novo convite de D. Pedro I e embarcaram para o Brasil. Quase três meses durou a nova viagem entre Plymouth e São Leopoldo.

Após a chegada, promoveram uma grande festa, com três dias de duração. Supõe-se que, dada a religiosidade do grupo, ali ergueram um altar rústico, em volta do qual todos rezaram agradecendo a Deus pela dádiva da promessa. E, certamente, ali mesmo, prometeram erguer, o mais rápido possível, uma igreja para testemunhar a sua fé.

Esse teria sido o início do Kerb, uma tradição de origem religiosa. Muita gente participou dessa festa, especialmente os vizinhos das colônias próximas. Houve nova promessa: a de realizarem, a cada ano uma festa semelhante. A notícia se espalhou por todas as colônias e uma nova tradição surgiu em solo gaúcho.

Todos os núcleos de colonização germânica do Estado resolveram fazer, anualmente, uma grande festa que servisse para demonstrar sua fé religiosa, bem como de reencontro e confraternização. O ponto de partida seria o dia de lançamento da pedra fundamental da igreja, ou o dia de sua inauguração. O domingo mais próximo de um desses eventos seria escolhido como data base.

Em outros estados brasileiros nos quais se fixaram imigrantes alemães o Kerb não existe, com exceção de algumas localidades de Santa Catarina, onde foi introduzido por colonos de origem alemã, oriundos do Rio Grande do Sul.

No Kerb de antigamente, os habitantes de um lugarejo visitavam seus amigos, compadres e parentes de outras localidades. No domingo de manhã, chegavam para assistir ao ofício religioso. Ao saírem da igreja eram acompanhados até o salão, pela bandinha. A festa durava até a quarta-feira de manhã. Nesse dia, as comunidades retornavam as suas residências e se preparavam para retribuir as gentilezas.

Atualmente não há condições de realizar Kerb de domingo a terça-feira e os visitantes não passam de um dia. Devido à vida agitada, aos compromissos de trabalho, as pessoas não conseguem permanecer mais que um dia nas festas de Kerb. Festejar o Kerb somente entre as pessoas do lugar deixa as festividades sem o real significado que é o de receber visitas para juntos festejarem.

D. Nelly Gauer (20.09.2004) nos relatou que:

“Hoje, existe muito modernismo e as pessoas vão esquecendo as coisas simples. Entre estes e outros motivos, o Kerb está perdendo seu verdadeiro significado”.

A culinária tradicional é cuca, doces, bolachas, pão com queijo, linguiça fervida, morcilhas, “schmier” doce, carne de porco e de gado (assadas no forno), galinha assada, bucho no vinagre, massa caseira, salada de batatas, batata cozida, conservas de legumes e “chucrute”.

O Kerb de Ipira teve seu início no ano de 1920, quando ocorreu a fundação da Igreja Evangélica. A festa do Kerb significa ainda “confraternização” entre famílias e amigos para comemorar o aniversário da fundação da Igreja Evangélica. A palavra Kerb não se encontra no dicionário alemão, é uma alteração que chegou até nós das palavras:

- Kircheeinweihfest
- Kerchinweihfest
- Kerchweihfest
- Kerchweih
- Kerw
- Kerb

O Kerb de Ipira é comemorado sempre no último domingo do mês de janeiro. Para a realização do baile são feitas decorações e essas têm seu significado:

- A coroa é feita de cipreste e flores de crepom colorido. É pendurado no teto no meio do salão e significa um elo de amizade entre a comunidade, vitória e conquista.
- A boneca é confeccionada com o auxílio de uma garrafa de cerveja que serve como corpo, após coloca-se um vestido de renda. É pendurada no meio da coroa e significa conquista, vitória e alegria.

O povo de Ipira é contemplado com a beleza do canto, através das vozes de coralistas de cinco corais.

Adversidades da história de Ipira

Um período difícil para os moradores foi o período de 1939 a 1945, época da II Guerra Mundial, quando as famílias de origem alemã sofreram ameaças e perseguições não só aqui, mas também em outras partes do país. O mesmo acontecia com italianos.

A língua alemã foi proibida e livros escritos em alemão chegaram a ser recolhidos. Muitas vezes as famílias enterravam seus livros com medo de que assistentes do governo que fiscalizavam a região os levasse. Nessa época, Getúlio Vargas era presidente da República. Apesar de certa simpatia ao fascismo, por pressão dos aliados ele declarava guerra contra os países do eixo (Itália, Japão e Alemanha), reprimindo os imigrantes e descendentes desses países.

Segundo Eduardo Sganzerla (2001, p. 152), “a política de nacionalização busca homogeneidade nacional através de diversos instrumentos, como política educacionais e culturais e ações repressivas”.

Os professores leigos que trabalhavam nas escolas e ensinavam o alemão foram proibidos de atuar. Segundo a professora D. Nadir Matzenbacher (06.05.2003), “foi muito difícil essa época. Às vezes, tinham alunos que só entendiam a língua alemã, então eu chegava e falava bem baixinho no ouvido para ele entender”.

Apesar de toda repressão da época, muitos traços culturais de origem alemã permanecem vivos até os dias de hoje em nosso município, principalmente o hábito de falar a língua alemã, muito presente, inclusive, nos cantos dos corais de nosso município.

Os corais, na época, tiveram que fazer alterações nos seus estatutos. Os corais Sempre Verde de Filadélfia, Aliança de Ipira e Lyra de Capelinha tiveram que suspender suas atividades, por não possuírem o seu repertório de músicas em português. Foi um período muito difícil em que os moradores não puderam expressar sua cultura, sentimentos e ideias.

Coral Aliança

Em 1º de outubro de 1921, colonizadores vindos do Rio Grande do Sul fundaram o coral de vozes masculinas “Gesangverain Mennerbund”.

As primeiras festas de cantores eram realizadas no salão particular de Willibaldo Ströer. Mantinham rigorosamente a ordem e o hábito. O baile era só para casais, crianças só de colo. Depois do programa oficial, dançavam a “polonaise” e valsas, animadas pelas bandinhas da comunidade.

Naquela época haviam muitos obstáculos, mas nada que a criatividade não superasse. Nem mesmo a escuridão os impedia, havia escassez de querosene, mas enchiam um litro com vaga-lumes para iluminar o caminho que os levava até o local dos ensaios.

Durante a II Guerra Mundial o governo Federal decretou a proibição do uso da língua alemã. O coral, não possuindo repertório em português, interrompeu suas atividades.

No dia 15 de abril de 1939, os estatutos, que eram em alemão, foram transcritos para o português, criando-se a “Sociedade Aliança”. Depois foi formado o coral de vozes mistas. O coral teve vários regentes, entre eles:

- Carlos Fries
- Severino Parizoto
- João Muller
- Rudi Knebel
- Armindo Matzembacker
- Alipio Land

Coral 25 de Julho

Dia 25 de julho é comemorado o Dia do Colono e o Coral de Alto São Pedro, por ser constituído de agricultores, recebeu esse nome. O Coral 25 de Julho foi fundado em 3 de setembro de 1988, oportunizando aos moradores dessa comunidade a integração, tendo em vista que muitos desses coralistas já participavam de corais nas comunidades vizinhas.

Uma reunião oficializou a constituição desse coral, com a presença de 66 pessoas. Sua diretoria ficou assim constituída:

- Presidente: Olímpio Mantey
- Vice-presidente: Egon Augsten
- Tesoureiro: Lírio Wolff
- Vice-tesoureiro: Dilmar Scherer
- Secretário: Areno Rheinheimer
- Vice-secretário: Luizinho Sordi
- Conselho fiscal: Verno Schmidt, Lauri Schröder e Ernesto Berton.

Em 30 de abril de 1989, 25 coralistas fizeram a sua estreia e apresentaram à comunidade de Alto São Pedro o coral de vozes mistas 25 de Julho, com festa de inauguração.

Coral Lyra

Em 28 de outubro de 1928 foi fundado, na comunidade de Capelinha, município de Ipira, o coral masculino “Doitche Gesanhbund” devido à colonização alemã que se instalou naquela comunidade.

Houve ainda a necessidade de construir uma sede para a realização de seus eventos. A família de Augusto Müller doou o terreno e os demais sócios doaram a madeira. A mão de obra foi totalmente voluntária. As dificuldades eram muitas, pois a maior parte da madeira foi fraqueada a mão.

Com a sede concluída, iniciaram-se as atividades culturais. Os encontros de corais eram realizados no sábado, pela parte da tarde. Os coralistas convidados vinham a cavalo, eram recepcionados pelo coral

anfitrião e pelos gaiteiros que, logo após a rodada de cantos, animavam o baile até o dia clarear.

Naquela época, os estatutos eram cumpridos rigorosamente. O baile era somente para sócios e adultos. O traje masculino eram o terno e a gravata e o feminino era vestido longo. Quem não estivesse vestido dessa forma não poderia entrar.

Durante a II Guerra Mundial, com a proibição da língua alemã, o coral teve que interromper suas atividades, por não possuir repertório e estatuto em língua portuguesa.

Alguns anos se passaram e as atividades foram retomadas. Os estatutos que eram em alemão foram transcritos em português e denominou-se “Sociedade Lyra”. Depois formou-se o coral de vozes mistas, que até hoje mantém suas atividades. Algumas pessoas deixaram suas marcas nesse Coral:

- Carlos Fries
- Edmundo Friauff
- Hultrai Trun
- Emílio Schoiamann
- Irineu Biel

Coral Sempre Verde de Filadélfia

Em 4 de setembro de 1924 foi fundada essa sociedade que, naquele ano, levou o nome de Immer Grün. Foram 24 pessoas os fundadores da sociedade:

- Albino Schmidt
- Carlos Knebel
- Hellmut Drehmer
- Luiz Barth
- Wilhelm Pottratz
- Conrad Drehmer
- Carlos Popp
- Franz Knebel
- Richard Mantey
- Gust Grossklaus
- Augusto Kinner
- Theodor Popp
- Emil Riger
- Gustav Grossklaus Filho

- Albin Popp
- Germano Hupe
- Amandio Fauth
- Roberto Kinner
- George Fridrich
- Otto Fridrich
- Theodor Drehmer
- Reinhold Schwigel
- Gakob Keldermann
- Julius Riger

A primeira diretoria foi composta por:

Presidentes:

1º Albino Schmidt

2º Carlos Knebel

Secretários:

1º Germano Hupe

2º Conrad Dhehmer

Tesoureiros:

1º Carlos Knebel

2º Wilhelm Pottratz

O Sr. Carlito Arlindo Hermann, de Filadélfia, Ipira, nos relatou que (17.04.1995):

“O primeiro regente do coral foi Germano Hupe. O segundo foi Carlos Fries.

No ano de 1925 foi comprado um violino que existe até hoje, ao custo de 170 mil réis. Também foram adquiridos alguns livros, que custaram 68,500 mil réis.

Em 1938, devido a II Guerra Mundial, o governo federal emitiu um decreto para que todas as sociedades que tivessem seus estatutos na língua alemã deveriam traduzi-los para o português.

A sociedade, no ano de 1942, cessou suas atividades porque não comportava as exigências feitas pelo governo federal. Assim, permaneceu por seis anos. Em 13/06/1948 reiniciou suas atividades e, em 1977, construiu sua primeira sede”.

Coral de Putinga

O Coral de Putinga foi fundado em 09/07/1959 por:

- Domingos Nath
- Aloísio Sperb
- Oscar Sperb
- Alceno Appel
- Alimiro Kleemann
- Armindo Grade
- Argídio Kaster
- Henrique Sperb
- Valentin Lamb
- Edmundo Kerber
- Plínio Kerber
- Vicente Kerber
- Osvino Zimmermann
- Bruno Lamd
- Pedrinho Lamb
- Osório Zimmermann
- Erno Sperb
- Isidoro Turim
- Lady Zimmermann
- Felipe Cassel
- Alimiro Nath
- Alípio Lamb

A primeira diretoria foi composta por:

Presidentes:

1º Domingos Nath

2º Osvino Zimmermann

Secretários:

1º Argídio Raster

2º Aluniro Kleemann

Tesoureiros:

1º Oscar Sperb

2º Alceno Appel

Conselho fiscal:

Armindo Grade

Vicente Kerber

Esse coral teve como primeiro “Mestre” (regente) o jovem Egon Augsten. O nome do Coral Esperança foi escolhido por cultivar o canto e o espírito moral e, também, exaltar o valoroso lugar de Putinga.

Grupo de Danças

A cultura de Ipira é muito bem representada pelos grupos de danças. O Hunsrücker Volkstanzgrupp aus Ipira é o grupo da sede e conta com cinco grupos: o infantil, o infanto-juvenil, adulto e Terceira Idade, com os grupos de casais e senhoras, sendo que estes dois denominam-se Sonnestrahl, mas fazem parte do Hunsrücker Volkstanzgrupp aus Ipira.

O Hunsrücker foi criado em 12.05.1987, passando a ter seu estatuto, mas já existia anteriormente. Teve como coordenadores Sra. Anemari Roesler Lüersen Vieira Lopes, iniciando com danças infantis, tendo como participantes os alunos da Escola Carlos Fries, de Ipira, Sr. Flavio Bitencurt Machado, Sr. Oladimir Odi Rese, Sra. Mara Fischer Rese, Sra. Agnês Appel, Sr. Rudimar Augsten e Sr. Clóvis Renato Huf.

O Hunsrücker é um dialeto, fica no estado da Renânia Palatinado, leste da Alemanha, e foi de onde vieram moradores para o Rio Grande do Sul e, depois, para o nosso município.

Na Comunidade de Filadélfia, Ipira, também existem três grupos: o infantil, o juvenil e o adulto.

O Immer Grün foi criado em 11.06.1992, tendo na coordenação Sra. Ivanete Mora Nosswitz e Sr. César Jacó Schmidt. O significado do nome do grupo é Sempre Verde. Foi escolhido para homenagear o Coral Sempre Verde. Durante muitos anos denominou-se Immer Grün e, em função da II Guerra Mundial, teve que ser mudado.

A partir do ano de 2003, o grupo passou a ser coordenado pela Sra. Enir Janete Zimmer e Sra. Lediane Laux.

Esses grupos de danças procuram sempre representar o município nos eventos em outras cidades e, também, nos eventos da própria Ipira. Às vezes enfrentando dificuldades financeiras, eles conseguem contornar a situação e não medem esforços para prosseguir na preservação de suas raízes históricas.

Por meio das expressões culturais, a etnia alemã, ao logo dos anos, procurou preservar suas raízes, sendo possível detectar em vários sentidos essa presença. É pertinente dizer que, por sinal, foi a mais atingida durante o processo da nacionalização, que ocorreu durante o Estado Novo, entretanto, conseguiu no decorrer dos anos manter viva suas tradições.

Casa Centro de Memórias de Ipira

A criação da Casa Centro de Memórias João Baptista Riffel, de Ipira, foi de fundamental importância para a construção da história, reavivando as memórias para recordar parte do passado e da identidade do município.

Essa casa pertenceu a João Baptista Riffel (*in memoriam*), migrante do RS, que desempenhou diversas funções como presidente do Hospital de Ipira, inclusive, sendo um dos idealizadores da construção.

Exerceu a função de vereador, embora na época, não eram remunerados, mesmo assim ia até Concórdia nas reuniões, pois Ipira pertencia a essa Comarca. Construiu, juntamente com Otto Riffel, a primeira indústria de Ipira, uma serraria. Com o corte da madeira construiu a casa que hoje sedia o Centro de Memórias, que tem mais de 80 anos.

Figura 28 – A serraria e a casa



Acervo particular da família Riffel.

Ele também construiu a primeira fábrica de cerveja do meio-oeste catarinense. A marca da cerveja era “Defesa”.

Figura 29 – Dia da Inauguração



Acervo particular da família Riffel.

Figura 30 – Esta era a casa do Sr. João B. Riffel



Acervo particular da família Riffel.

Em 1999, a administração municipal 1997-2000, tendo como prefeito Sr. Valdir Antônio Griebeler, efetuou a compra dessa casa da neta de João, Sra. Vera Riffel Cimadon. De posse do imóvel, a Prefeitura fez as reformas necessárias.

Figura 31 – Assim estava a casa quando foi comprada



Acervo particular do Centro de Memórias

Na administração do prefeito Sr. Roque de Simas foram reiniciadas as atividades para que as reformas fossem acontecendo. Assim, com o auxílio de muitas pessoas, especialmente dos funcionários da Secretaria da Infraestrutura, a Casa foi adquirindo uma nova estética.

A Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, na pessoa da Secretária Sra. Ozaide Linhares, e a Diretora da Cultura, Sra. Rosemeri Griebeler, também contribuíram para a formação da Casa.

No ano de 2003, a Casa já tinha outro visual, estava pronta para começar a organização da parte histórica.

Como Acadêmicas do Curso de História da UnC de Concórdia e porque estávamos desenvolvendo o projeto com estudos sobre a história do município, fomos convidadas para que também nos envolvêssemos nessa construção, para contemplar o Centro de Memórias.

Com visitas diversas fomos entrevistando pessoas, conseguindo fotos, documentos e objetos antigos, estes com termo de empréstimo ou doação para a Casa. Essa etapa do trabalho foi realizada com o auxílio da Secretária Sra. Ozaide e do Diretor da Cultura, Sr. Clóvis Renato Huf.

No início de 2004 assume a Secretaria da Educação Sra. Ladi Starck Baretta, que continuou nos auxiliando. Em maio de 2004, Sra. Gelci Deon assumiu o cargo, igualmente nos auxiliando na construção e organização do Centro de Memórias.

Muita coisa foi feita, entre elas, a higienização de objetos antigos, com participação da Sra. Marise de Simas (então Primeira Dama do município), Sra. Ozaide Linhares, Sra. Ladi Stark Baretta, Sra. Gelci Deon, Sr. Clóvis Renato Huf, Sra. Vânia Kilpp Stockmann, Sra. Patrícia Stockmann, Sra. Inês Krug e Sra. Ivanete Mora Nosswitz.

Para que a Casa Centro de Memórias pudesse realmente tornar-se um Patrimônio Municipal, foi nomeada uma comissão para efetivar o projeto do Tombamento. Feito o projeto, foi encaminhado para a Câmara de Vereadores, onde foi aprovado.

A Casa passou a ser Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ipira, transformando-se no primeiro bem público tombado no município.

No decorrer do ano de 2004 os trabalhos foram intensificados, quando muitos ipirenses contribuíram com seus testemunhos, através das fontes orais, para que, realmente, pudéssemos transformar esta casa num local histórico.

A Casa contempla exposições de objetos antigos que pertenceram às três etnias que colonizaram Ipira: memória fotográfica; histórico da Casa e objetos que foram dos moradores da mesma; e histórico do Esporte Clube Nacional de Ipira. No mesmo local, funciona a Biblioteca Pública Municipal, onde estão instaladas salas para pesquisa, leitura e vídeos.

Figura 32 – Assim ficou a casa, hoje Centro de Memórias



Acervo particular do Centro de Memórias

As mudanças continuam

No decorrer de sua construção histórica, Ipira passou por muitas transformações, o que é natural. Essas mudanças exerceram influências positivas e negativas.

Em nossos estudos enfocamos partes dessa construção histórica da cidade, como as menções à presença dos povos indígenas em Ipira como fato verídico, não ficando somente na “oralidade”, do “nós sabemos”.

Também pudemos realçar a comprovação da presença de descendentes de caboclos, o que consideramos positivo visto que contribuirá para que essa etnia seja respeitada e valorizada por todos.

Para melhor entender o processo de colonização no município, uma retrospectiva histórica possibilitou uma análise mais aprofundada para podermos, então, afirmar que a imigração foi uma empresa montada para favorecer a força de trabalho europeia e, em consequência, expandir o sistema vigente.

Os imigrantes foram os beneficiados por uma experiência inédita. Contudo, não foram os feitores da mesma. Para que as colônias obtivessem êxito, foram empenhados recursos de grande monta, sendo que estes poderiam ter sido aplicados em benefício da própria população brasileira.

A construção propriamente dita da história de Ipira nos surpreendeu, pois é importante ressaltar que, mesmo que alguns afirmem já conhecê-la, não ousaram aprofundá-la e sistematizá-la para permitir às gerações de hoje bem como às futuras, o acesso a esses legados.

Nessa recuperação do passado, a contextualização esteve presente, o que nos permite afirmar que, com este estudo, encontramos muitas respostas, mas outras perguntas se abriram e poderão ser objetos de pesquisas posteriores.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Homero da Costa. **Caminho das tropas**. Florianópolis: Insular, 2003.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da Irmandade Cabocla. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- CADDORIN, Jonas. **Nova Trento, outra vez... Nova Trento**. Prefeitura Municipal, 1992.
- CARUSO, C. R.; CARUSO, M. M. L. **Índios, baleeiros e imigrantes**: uma aventura histórica catarinense. Tubarão: Unisul, 2000.
- CLASTRES, H. **A terra sem mal**: o profetismo guarani. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.
- GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. **O Contestado**: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- HEINSFELD, Adelar et al.. **A região em perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2001.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos**. O breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- JUNUIR, Caio Prado. **O que é filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- KLEIN, Eldo Ivo. O Kerb. In: **Jornal Panorama**, Taquara - RS, 07/11/1980.
- LANDO, Aldair Marli et al (Org.) DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. **RS**: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- LEIT, Arlindo Gilberto (Org.). **Kaingang confrontação e identidade ética entre os Kaingang**. Piracicaba: Unimep, 1994.
- MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MOCELLIN, Renato. **Os guerrilheiros do Contestado**. São Paulo: Editora do Brasil, 1998.

- MULLER, Telmo Lauro. **Colônia alemã: histórias e memórias**. Ed. da Universidade de Caxias do Sul - R.S, 1978.
- PIAZZA, Walter Fernandes. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.
- POLI, Jaci. **Caboclo, pioneiro esquecido**. Chapecó: FUNDESTE, 1987.
- _____. **Caboclo: pioneirismo e marginalização**. Chapecó: FUNDESTE, 1991.
- QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916). São Paulo: Ática, 1981.
- RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (Orgs.). **Os 500 anos: a conquista interminável**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RENK, Arlene. **A colonização do Oeste Catarinense**. As representações dos brasileiros. Chapecó: FUNDESTE, 1991.
- _____. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.
- RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Silvio Coelho. **Dos índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento Brasília, 1987.
- _____. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: UFSC, 1997.
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirin**. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- SIUNGER, Paulo. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.
- THOME, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado**. Caçador: ICON edições UnC, 1992.
- _____. **A política no Contestado; do curral da fazenda ao pátio da fábrica**. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002.
- _____. **Pioneirismo da imigração alemã, em Santa Catarina, na região do contestado**. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2004.
- VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa a corte celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado**. Caçador: Universidade do Contestado - UnC, 2000.

Fontes Orais

Entrevistas realizadas com o (a):

Sra Landila Matzenbacher Ritter - Ipira – SC. (22/09/03).

Sr Hilmo e D. Nely Weber - Linha dos Pintos – Ipira – SC. (29/09/03).

Sra Helga Selma Schnaider Schoereder, período matutino - Linha dos Pintos – Ipira- SC. (01/10/03).

Sra Selma Kirst, período vespertino - Linha dos Pintos – Ipira – SC. (01/10/03).

Sr Alberto Schäfer - Linha dos Pintos – Ipira – SC. (08/10/03).

Sr Arno Schranck e D. Gerda Schranck Fries - Filadélfia- Ipira- SC. 16/10/03.

Sr Ervino Model - Filadélfia – Ipira- SC. (20/10/03).

Sra Vera Riffel Cimadon - Joaçaba- SC. (20/11/03).

Sra Edi Barbosa - Linha Santana – Ipira- SC. (02/12/03).

Sr Urbano e D. Eva de Simas - Boa Esperança- Ipira – SC. (03/12/03)

Sr Osvaldo e D. Celestina Azevedo Garcia - Barra do Tigre - Concórdia – SC. (18/03/04).

Sr Alberto Dalfogo - Linha Oliveira – Ipira – SC. (04/05/04).

Sra Nadyr Matzenbacher - Ipira – SC. (03/06/04).

Sr Francisco Ferrari - Ipira – SC. (22/06/04).

Dr Hugo Nicolau Riffel - Piratuba – SC. (30/06/04).

Sra Fortunata Ferreira Borges e Adelina Ferreira Borges - Ipira – SC. (12/07/04).

Sra Nelly Gauer e Sra Selia Kich - Filadélfia – Ipira – SC. (26/07/04).

Sr Adão Teixeira de Andrade - Linha Pinheiro – Ipira – SC. (02/08/04).

Sra Isabela Müller - Filadélfia Ipira – SC. (06/08/04).

Sra Terezinha Surdi Brol - Mambuca – Ipira – SC. (17/08/04).

Sra Antônia Stockmann - Capelinha – Ipira – SC. (20/08/04).

Sr Wyllino Barth - Mambuca – Ipira – SC. (25/08/04).

Sra Lúcia Toledo - Linha Ferraz – Ipira – SC. (30/08/04).

Sr Helmuth Schumann - Trinta e Sete Passos – Ipira – SC. (01/09/04).

Sr Enio Wolf, Putinga - Ipira – SC. (02/09/04).

Sr João Batista Lazarotto - Lambedor – Ipira – SC. (10/09/04)

Sr Vitor Sachini - São Luiz – Ipira – SC. 15/09/04.

Sr Manoel Osvaldo Lopes Rodrigues - Linha Florestal – Ipira – SC. (17/09/04).
Sra Elza Galvan Machado - Boa Esperança – Ipira – SC. (20/09/04).
Sr Norberto Lüersen - Piratuba – SC. (21/09/04).
Sr Natali e Ermínia Lugarini - Linha Santana – Ipira – SC. (22/09/04).
Sra Amabile Beal - Linha Santana – Ipira. (23/09/04).
Sr Lauro Arndt - Linha Florestal – Ipira – SC. (24/09/04).
Sr Osvaldo Batisteli - Linha Gramado – Ipira – SC. (25/09/04).
Sr Osvino Zimmermann - Putinga – Ipira – SC. (27/09/04).
Sr Lírio Wolf – Alto São Pedro – Ipira – SC. (15/10/03).
Sr Getúlio Morh – Ipira – SC. (04/07/04).
Sr Carlito Arlindo Hermann - Filadélfia – Ipira – SC. (17/04/1995).
Sr Edgar Wolfart – Ipira – SC. (20/09/03).

Ao longo de anos as autoras analisaram recortes, fragmentos, dados e informações sobre Ipira e recolheram depoimentos e testemunhos de ipirenses para apresentar uma história de nossa cidade marcada por, pelo menos, quatro olhares: tradição, orgulho, riqueza e valor.

Isso foi possível graças ao roteiro delineado pelas pesquisadoras que começa registrando a origem indígena de Ipira, seguindo com os destaques à presença do caboclo e à vinda das colonizações alemã e italiana para essa região catarinense. O roteiro da história chega-se à formação do município, abordando seus aspectos econômicos e suas manifestações culturais, para, então, alcançar os tempos contemporâneos.



paruna